

VIVÊNCIA

VOL. -II- Nº3 - 1984

ESCREVERAM NESTE NÚMERO

- * ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS
- * TARCISIO MEDEIROS
- * MARLENE DA SILVA MARIZ
- * JOSÉ LACERDA ALVES FELIPE
- * DENISE MONTEIRO TAKEYA
- * ITAMAR DE SOUZA

VIVÊNCIA

V. 2, N. 1 1984

VIVÊNCIA

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes



V. 2 N. 1 1984

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

VIVÊNCIA Natal V. 2 p. 1-108 1984



VIVÊNCIA

V. 2 - N. 1 - 1984

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes



Genivaldo Barros
Reitor

O COMPORTAMENTO REVOLUCIONÁRIO DO RIO
GRANDE DO NORTE
Marta da Graça Ferreira de Souza de Viveiros
— Marlene da Silva Mariz

VIVÊNCIA

ANALISE DA REVOLUÇÃO DE 30.
— Tarcísio Medeiros

V. 2 N. 1 1984

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

NORDESTE: A CULTURA DO ALGODÃO
GRANDE DO NORTE
— Denise Monteiro Takeya

A CIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE
FLEXÕES PARA A RECONSTRUÇÃO DA UTOPIA
— José Lacerda Alves

QUAL O SIGNIFICADO DAS INSCRIÇÕES RUPES
TRES
— Alberto Pinheiro de Medeiros

1. História do Brasil
2. História do Rio Grande do Norte
3. História Econômica e Política
4. Pré-História do Rio Grande do Norte

VIVÊNCIA Natal V. 2 p. 1-108 1984

VIVÊNCIA – Natal, UFRN – CCHLA, 1984, Semestral



Genivaldo Barros
Reitor

Maria da Graça Ferreira de Souza de Viveiros
Diretora do CCHLA

Itamar de Souza
Editor

Conselho Editorial

Lúcio Teixeira dos Santos

Woden Madruga

Sanderson Negreiros

Waldson Pinheiro

Vicente de Almeida Filho

João Wilson Mendes Melo

Vivência.

Ano 2.

N. 1

1984

Natal, UFRN – CCHLA, Editora Universitária

1. História do Brasil

2. História do Rio Grande do Norte

3. História Econômica e Política

4. Pré-História do Rio
Grande do Norte

RN-UF/BC

84/01

SUMÁRIO

O COMPORTAMENTO REVOLUCIONÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE NO MOVIMENTO DE 1930	
— Marlene da Silva Mariz	9
ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 30. (50 anos depois)	
— Tarcísio Medeiros	23
O ROMPIMENTO DE FERREIRA CHAVES COM OS MARANHÕES	
— Itamar de Souza	48
REPENSANDO A HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE: A CULTURA DO ALGODÃO NO RIO GRANDE DO NORTE	
— Denise Monteiro Takeya	67
A CIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE — REFLEXÕES PARA A RECONSTRUÇÃO DA UTOPIA	
— José Lacerda Alves Felipe	83
QUAL O SIGNIFICADO DAS INSCRIÇÕES RUPES- TRES	
— Alberto Pinheiro de Medeiros	92

S U M Á R I O

Genivaldo Barros

Reitor

O COMPORTAMENTO REVOLUCIONÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE NO MOVIMENTO DE 1930
— Maíra da Silva Mariz

ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 30 (50 anos depois)
— Tarcísio Medeiros

O ROMPIMENTO DE FERREIRA CHAVES COM OS MARANHÕES
— Itamar de Souza

REPERCUTINDO A HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE: A CULTURA DO ALGODÃO NO RIO GRANDE DO NORTE
— Denise Monteiro Takaya

A CIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE — RE-FLEXÕES PARA A RECONSTRUÇÃO DA UTOPIA
— José Lacerda Alves Felipe

QUAL O SIGNIFICADO DAS INSCRIÇÕES RUPEES TRES
— Alberto Pinheiro de Medeiros

- 1. História do Brasil
- 2. História do Rio Grande do Norte
- 3. História Econômica e Política
- 4. Pré-História do Rio Grande do Norte

O COMPORTAMENTO REVOLUCIONÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE NO MOVIMENTO DE 1930

Marlene da Silva Mariz

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma análise das relações de poder entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Central, no período de 1930 a 1934, ou seja da eclosão do movimento revolucionário ao retorno da legalidade com a realização de eleições. O intuito é revelar o comportamento do Estado no processo revolucionário e a força da política tradicional que traz de volta ao poder os antigos políticos, no momento em que se abre espaço com eleições.

O tema "Revolução de 1930" tem sido objeto de grande interesse da historiografia brasileira contemporânea, ensejando estudos e análises por historiadores nacionais e estrangeiros, que lhe apresentam interpretações diferentes dependendo de suas posições teóricas. Entretanto, a historiografia brasileira tem apresentado lacunas no que se refere aos aspectos regionais, limitando o tema às questões pertinentes aos Estados que lideraram o movimento Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba. Sem pretender negar a importância que o centro sul tem sempre nos rumos da vida nacional, este estudo tem a preocupação de mostrar como o Rio Grande do Norte se articulou ao sistema nacional participando do processo histórico que se desencadeava no País naquele momento.

As bases empíricas para elaboração deste estudo foram coleções de jornais da época, coleções de correspondência do

Arquivo Nacional (RJ) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas — publicações de âmbito nacional sobre o tema e época em que se insere o assunto regional e ainda publicações locais complementadas com entrevistas.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS

A Revolução de 1930 acarretou mudanças significativas na sociedade brasileira. Não obstante, é notório que esteve distanciada de transformações estruturais, como a ideologia revolucionária propunha. Ateve-se unicamente a um caráter reformista, redefinindo posições e abrindo espaços a novos setores da classe dominante. Particularizando esta realidade nacional, as diferentes regiões procuravam reestruturar suas posições de forças.

O governo recém-instalado necessitava de fortes bases de apoio para consolidar os princípios revolucionários. Nessa conjuntura, o Norte (1), que via na ocasião a oportunidade de recuperar o espaço político perdido no regime passado, representava um aliado natural e necessário ao governo provisório, para neutralizar as forças do centro sul e assim manter um jogo de equilíbrio político entre os dois sustentáculos do novo governo: os tenentes e os políticos profissionais, ligados às oligarquias dissidentes em 1930 (2).

E foi exatamente nos estados do Norte que o Governo Provisório obteve maior penetrabilidade, graças às condições de declínio econômico e político que permitia certa especificidade à região (3). A inexistência de uma sólida estruturação partidária e de uma classe política forte como a do Sul condicionou que a Revolução se fizesse mais atuante nessa região.

O espaço político dos estados do Norte e o tratamento dado a eles pelo governo do regime passado são bem expressos nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho quando afirma que “o

Norte, esse, era todo e absolutamente revolucionário pela acumulação dos velhos e novos ressentimentos diante de governos que o esqueciam por sistema ou por hábito em todas as deliberações essenciais da República e nos benefícios da administração federal" (4). Entretanto, embora a afirmação seja verdadeira, o Rio Grande do Norte não se incluía nesse contexto, merecendo o seu comportamento revolucionário uma análise mais apurada.

O Rio Grande do Norte integrava os dezessete Estados que apoiavam o Governo Federal, quando, a 3 de outubro, eclodiu a Revolução que iria imprimir tão grandes mudanças na vida sócio-econômica do País.

Mesmo sendo o primeiro desses 17 estados a aderir ao movimento, seria precipitado tomar a adesão do Rio Grande do Norte como se de repente o Estado abraçasse as causas e princípios da Revolução. Talvez fosse mais correto afirmar que o Rio Grande do Norte "concordou" com a Revolução, creditando o adesismo das primeiras horas a circunstâncias especiais, que serão analisadas a seguir.

Para dimensionar o grau da participação do Rio Grande do Norte na Revolução, costumam afirmar que a Revolução de 1930, nesse Estado, foi feita na Paraíba. A afirmação não é destituída de sentido, uma vez que lá se encontrava, praticamente, o principal revolucionário norte-rio-grandense, Café Filho, que se antecipou às tropas revolucionárias para fazer-lhes a recepção. Essas tropas entraram em Natal, no dia 6 de outubro, sem disparar um tiro; Café Filho chegara no dia anterior.

A PARTICIPAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE NO MOVIMENTO DE 1930

Pouco significativa foi a participação do Rio Grande do Norte nesse movimento. O fato de não existir no Estado, na época, foco de oposição solidamente estruturado, capaz de mobilizar reação contra o Governo no momento em que se noticiava a

Revolução nos três Estados que lideravam o movimento nacional, pode ser o principal fator dessa situação.

A explicação para ausência de conspirações é facilmente encontrada se forem observadas as características locais: a economia estadual em crise e subjugada ao Governo central; a oligarquia estadual unificada sob um governo autoritário, a classe dominante integrada ao poder central através de acordos e troca de favores; um Estado pobre e sobretudo agrário, com uma população predominantemente rural (90%) e dependente dos proprietários da terra; uma classe média insipiente e quantitativamente inexpressiva além de quase total ausência de uma classe operária.

Até o início do movimento, não foi encontrado qualquer registro que revelasse, no Estado, clima de agitação ou reação contra a oligarquia. A ausência de tais manifestações deve-se, com certeza, a ação repressiva do Governo. A ligação entre o Estado e o Governo Central era tão forte que, nas eleições presidenciais de 1930, a chapa da oposição, com Getúlio Vargas e João Pessoa, obteve apenas 472 votos de um total de 23.000 eleitores inscritos. Isso levando-se em conta que o voto não era secreto e era a bico de pena (5). Esse fato, que aparentemente poderia falar por si, envolve na sua essência contradições como a de um Estado tão maciçamente governista ser o primeiro a aderir ao movimento revolucionário.

Hipoteticamente pode-se afirmar que, a fuga do Presidente Lamartine de Faria, antes da chegada das tropas, tenha contribuído para a atitude da classe dominante, realçando, em consequência, a "adesão" da minoria da oposição.

O número dos adeptos da Aliança Liberal era reduzido. Sabe-se, por exemplo, que no Seridó um dos aliancistas era o "coronel" Dinarte Mariz, que embora ligado familiarmente à oligarquia local, abraçara a causa por concordar com as idéias propostas pela Aliança Liberal. Dois únicos comícios foram realizados no Estado, com a presença das lideranças nacionais, um em Natal e outro em Mossoró. O de Natal terminou com cenas de violência e até morte

Deflagrada a Revolução a 3 de outubro, da Paraíba marchou um contingente militar para o Rio Grande do Norte. Coincidentemente, esta tropa militar era o 29º BC, agrupamento do exército sediado neste Estado, que se encontrava na fronteira paraibana desde o movimento de Princesa. As notícias da ação revolucionária em Pernambuco e Paraíba e do seu avanço para o Rio Grande do Norte motivaram o Presidente Juvenal Lamartine, na noite de 5 de outubro, a abandonar Natal e procurar asilo em Paris, França. Por conseguinte, quando as forças revolucionárias chegaram em Natal, encontraram esta cidade sem governante e sem resistência legalista.

Café Filho, que se encontrava militando na Paraíba, junto aos políticos daquele Estado em favor da Aliança Liberal, retornou a Natal antes dos revolucionários e, procurou organizar uma desnecessária resistência, que contou com a participação de Omar Lopes Cardoso e Pedro Dias Guimarães. Mobilizou um contingente de 44 civis armados para engrossarem as fileiras do 29º BC. Este gesto pseudo-revolucionário sintetizou a participação do Rio Grande do Norte ao movimento (6).

A agitação tomou conta da cidade, com grupos civis portando laços com as cores revolucionárias (preto e vermelho) atemorizando as famílias e provocando arruaças. Instalou-se um clima de abusos, assaltos e insegurança pública em nome da Revolução. Foram saqueadas as residências do ex-presidente Lamartine, de alguns de seus auxiliares e até o Palácio do Governo, na efervescência provocada pela facção liderada pelos adeptos de Café Filho. Essas manifestações, conquanto manipuladas por Café, podem ser entendidas como a expressão da insatisfação das camadas populares com a situação passada, que exercia forte repressão.

Na verdade, se não houve resistência à Revolução, também não houve grande entusiasmo, salvo a ensaiada manifestação popular ao 29º BC quando entrou em Natal. Afora os poucos aliancistas e o grupo de simpatizantes que aderiu na última hora, a população, como um todo, recebia a revolução indiferente. A

agitação popular em Natal, deveu-se mais a mobilização feita por Café Filho junto às camadas mais baixas.

A INSTALAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

Os primeiros problemas começaram a surgir com a instalação do Governo revolucionário que iniciaria uma nova fase na política estadual.

Ao chegarem a Natal, os comandantes militares tiveram como primeira iniciativa convidar o desembargador Silvino Bezerra Neto, irmão do oligarca José Augusto Bezerra, para assumir o Governo revolucionário. Silvino recusou o convite "por questão de prudência", apesar da insistência dos militares (7). Tal atitude dos militares demonstrava moderação, obedecendo instrução de Juarez Távora de que nesses primeiros momentos os cargos de administração deveriam ser exercidos por civis, para que os militares pudessem vigiar a ação administrativa deles (8).

O comportamento dos militares provocou a reação de Café Filho, que arremetera os seus liderados em direção ao Palácio do Governo, com a intenção de assumir o poder em nome da Revolução, por se considerar o candidato natural do movimento. Impedido na sua pretensão pelos militares, Café criou com sua insatisfação, o primeiro impasse na instalação do novo Governo.

Essa crise, que seria a primeira de muitas do período, revela o papel secundário de Café Filho no comando revolucionário do Estado. Enquanto era esperada a chegada de Juarez Távora, comandante da Revolução para o Norte, a fim de solucionar o problema, os militares optaram pela constituição de uma Junta Militar Provisória, composta pelos coronéis Tavares Guerreiro, Júlio Perouse Pontes e Albelardo de Castro (9).

Esses militares, participantes dos movimentos tenentistas da década de vinte em outras unidades da federação, faziam parte da ala moderada cujos ideais reformistas não afinavam com as posições radicais de Café Filho. Além disso havia um antigo antagonismo entre os militares e Café, desde a passagem da

Coluna Prestes, quando Café Filho, através de jornal, incitava os subalternos do Exército a não abedecerem as ordens superiores de combate aos revoltosos. Essa atitude e o tipo de mobilização política executada por Café, junto às camadas mais baixas da população, na tentativa de colocá-las contra o Governo, definiram-no para muitos como portador de idéias comunistas (10).

A Junta Governativa Provisória tomou medidas para consolidar a Revolução no Estado. Através de decreto, no mesmo dia 8 em que foi empossada, dissolveu a Assembléia e procurou garantir a ordem pública, apelando à população que se mantivesse calma, a fim de que a polícia não precisasse intervir. Fez também algumas nomeações, aproveitando muitos elementos ligados ao grupo tradicional. A escolha de Pedro Dias Guimarães, do grupo cafeísta, para a Prefeitura de Natal e do próprio Café Filho para a Chefia da Segurança Pública, indica uma acomodação com essa facção e possivelmente uma imposição de Juarez Távora, atendendo José Américo de Almeida, a quem Café Filho havia recorrido (11).

Os atos moderados da Junta aumentaram o antagonismo da facção cafeísta e que é um indicador da falta de coesão do novo grupo dominante. Para Café Filho a Revolução deveria varrer os vestígios do passado.

Chegando a Natal a 12 de outubro, Juarez Távora acompanhado de José Américo e Irineo Joffili passou poucas horas em reunião com a Junta Governativa, definindo a necessidade de indicar para a administração um revolucionário que estivesse desvinculado da política local.

Por este motivo indicou o nome do dr. Lindolfo da Câmara, norte-rio-grandense radicado no Rio de Janeiro e, enquanto este não chegava, assumia interinamente o paraibano Irineo Joffili (12).

Sob o lema de "Reconstruir e Progredir", Irineo Joffili iniciou o seu governo, colocando-se contra a injúria, a violência, a desonestidade e a prepotência. A conjuntura estadual apresentava um quadro de dificuldades, com uma séria crise financeira.

Os funcionários com seus vencimentos atrasados e o Governo com uma despesa superior ao saldo do tesouro.

A facção cafeísta dava total apoio à administração Joffili, enquanto o grupo tradicional mantinha-se distanciado. O Governo revolucionário recebia, constantemente, adesões por parte de muitos chefes municipais, o que confirma a adaptação pacífica do Estado ao novo regime.

Antes mesmo da chegada de Lindolfo Câmara ao rio Grande do Norte, a facção cafeísta já movimentava campanha para conseguir a efetivação de Joffili na administração estadual, o que também era do interesse de José Amperico, chefe do Governo da Paraíba (13). Juarez Távora veio mais uma vez a Natal e confirmou a efetivação de Joffili.

Pouco expressivas foram as mudanças introduzidas no Rio Grande do Norte nesses primeiros momentos. A preocupação maior era levantar os erros do passado e seguir instruções do Governo central.

Entretanto, o que merece destaque é que, passado o entusiasmo inicial, o Estado, que aceitara pacificamente a Revolução, passou a externar insatisfação com a nova situação, insatisfação essa particularmente dos políticos tradicionais, expressa através de ataques e pressões ao interventor, representante do Governo Provisório. A situação estadual refletia a instabilidade que dominava o País, agitado por uma classe dominante heterogênea. A falta de coesão nacional se manifestava nos Estados, trazendo como conseqüência um período de constantes conflitos, efeito das divergências da própria cúpula, que começava a esvasiar a Revolução dos seus objetivos mais específicos (14).

Entretanto, embora a instabilidade tenha sido comum em quase todos os Estados do chamado "Bloco Norte", (Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) sob a jurisdição do delegado do Norte, Juarez Távora, ela se apresentava de forma mais acentuada no Rio Grande do Norte. Durante os quatro anos do Governo Provisório, cinco interventores passaram pelo seu Governo (15). O quadro abaixo dá uma visão exata da situação.

PERÍODO 1930 a 1934

ESTADOS	PE	PA	CE	PB	BA	PI	SE	MA	AL	RN = 10
Nº de interventores	01	01	02	02	03	03	03	04	04	06
FONTE: PANDOLFI, Dulce Chaves							op.cit.	(16)		

Esse fenômeno do Norte, onde apenas os Estados de Pernambuco e Pará constituem as exceções, com apenas um único interventor durante todo o período, se explica pelo fato dos interventores dos outros Estados serem militares. A ausência de civis ligados ao movimento, na maioria dos Estados, levou Juarez Távora a decidir pela indicação de militares como interventores (17).

Não foi o caso, por exemplo, de Pernambuco, onde Carlos Lima Cavalcanti liderou a Aliança Liberal antes da Revolução e era considerado um "Tenente civil". Na Paraíba a interventoria estava sempre com civis enraizados na política local, mas esse Estado tinha sido líder da Revolução devido a dissidência nas oligarquias. o Ceará foi outro Estado onde também os interventores eram civis, tratava-se de Fernando Távora, um deles, irmão de Juarez Távora. Nos demais Estados, como dizia Osvaldo Aranha, "havia um deserto de civis" (. . .) (18). O Rio Grande do Norte e a Bahia foram, como dizia José Américo, os Estados onde a Delegacia do Norte enfrentou maiores dificuldades em conciliar a interventoria com as forças locais (19).

Observa-se, entretanto, que embora um dos pontos fundamentais estivesse na conciliação dos interventores militares ou "estrangeiros", com as forças locais, no caso do Rio Grande do Norte, vários foram os fatores que somaram para explicar a sua situação específica.

Inicialmente pode ser apontada a falta de habilidade política de alguns interventores, que possuíam mais idealismo do que estratégia política; a estrutura local alicerçara numa forte base agrária, com seus líderes dificultando a ação governista, por não se acomodarem às novas lideranças impostas; as divisões dentro da

própria ala governista, que não se integrava ao espírito revolucionário como um todo e, finalmente, a falta de apoio do Governo central aos seus representantes no Estado. O período interventorial pode ser bem visualizado no quadro que se segue:

INTERVENTORES DO RIO GRANDE DO NORTE – 1930/1934

Períodos administrativos	NOME	PROFISSÃO	NATURA LIDADE	Tempo de administração
12.10.30		Bacharel		
28.01.31	Irineo Joffili	Civil	Paraíba	90 dias
28.01.31	Alusio de Andrade	Militar		
31.07.31	Moura	Exército	R. Norte	180 dias
11.07.31		Militar		
05.02.32	Hercolino Cascardo	Marinha	R. Janeiro	210 dias
11.06.32	Bertine Dutra	Militar		
06.06.33	da Silva	Marinha	Bahia	365 dias
02.08.33	Mário Leopoldo	Bacharel		
27.10.35	da Câmara	Civil	R. Norte	26 meses

AS ELEIÇÕES DE 1933 e 1934 E A VOLTA DA OLIGARQUIA AO PODER

É evidente que diante da problemática estadual, a nova classe dominante não conseguiu se consolidar no poder. O grupo tradicional tinha uma sólida estrutura eleitoral e visando as eleições marcadas para a Constituinte Nacional de 1933, recompôs suas forças, antecedendo-se ao Governo, na organização das novas entidades partidárias. Mobilizou suas forças e fundou o Partido Popular, que não seria revolucionário nem reacionário. A liderança do novo partido ficou com o dr. José Augusto Bezerra de Medeiros e sua divulgação era feita através de "A Razão", órgão difusor do grupo da oposição.

O que é interessante notar neste Partido Popular — uma vez que de popular só tinha o nome, haja vista sua composição de proprietários de terra e classe média — é a formação de suas chapas, que apresentavam como candidatos um dos revolucionários militares, o coronel Júlio Perouse Pontes e, um dos repre-

sentantes do Governo central no Estado, o sr. Francisco Martins Veras. Tal fato evidencia o grau de desarticulação da Revolução no Rio Grande do Norte.

O Governo também organizou as forças situacionistas e fundou o Partido Social Nacionalista, com programa fundamentado na frente única formada pelo Partido Revolucionário Mineiro e a Legião de Outubro. Sob a liderança do interventor Bertine Dutra da Silva, e com a participação ativa de Café Filho, este partido pregava uma intervenção mais acentuada do Governo em todos os setores da sociedade.

A campanha processou-se num ambiente de agitação. O resultado deu a vitória a oposição, que elegeu 3 dos 4 representantes do Rio Grande do Norte para a Constituinte Nacional. O Partido Popular elegeu o dr. Alberto Roselli, Francisco Martins Veras e José Ferreira de Souza. O partido do interventor elegeu, apenas, o dr. Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (19).

Os resultados eleitorais mostraram ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, a força da oligarquia regional e forçaram-no a tomar uma nova posição política, desprezando as pressões tenentistas e procurando uma acomodação com os políticos tradicionais.

No Rio Grande do Norte, um indicador dessa posição de Vargas é a designação do novo interventor do Estado, o dr. Mário Câmara (20), funcionário do Ministério da Fazenda e pessoa da confiança do chefe do Governo. Ao mesmo tempo a escolha de Câmara reflete o declínio da influência tenentista na escolha dos interventores e ainda a necessidade de acordos e conciliações com as forças locais, tendo em vista a eleição presidencial que se aproximava.

Com o novo interventor — que veio com a missão específica de promover a pacificação da política local — houve um curto período de paz, enquanto se articulava a formação de um novo partido político, que congregasse elementos de ambas as facções anteriores, sob a liderança de Mário Câmara. A não concretização dos acordos acentuou os antagonismos e ao ter início

a campanha para as eleições de 1934, para a Constituinte Estadual, o ambiente estava totalmente conturbado a ponto de ocorrerem violências e morte, no decorrer da campanha. O processo eleitoral decorreu num clima de grande agitação (21).

As eleições de 1934, no Rio Grande do Norte, tiveram seus resultados definidos em 1935, num quadro de desajustes entre os integrantes de ambas as facções, que recorreram à Instância Superior, continuando a desordem pública até mesmo após os resultados finais. O Tribunal Superior decidiu o pleito dando ganho ao Partido Popular, que elegeu 14 deputados contra 11 da Aliança Social, partido do interventor Café Filho, que absorvera o antigo Partido Social Nacionalista (22).

Vitorioso o Partido Popular elegeu o Governador Rafael Fernandes Gurjão, o que representou a derrota do Governo e marcou a volta ao poder dos políticos tradicionais. A vitória da oposição se deveu, sobretudo, à manutenção da estrutura coronelista, que não sofrera qualquer modificação com a Revolução.

Enfim, o Rio Grande do Norte revela-se politicamente, como um região, onde as mudanças políticas não são facilmente introduzidas nem bem aceitas, havendo um continuísmo dos grupos que se consolidam no poder.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A denominação Norte na época correspondia aos Estados do Norte e Nordeste.
2. PANDOLFI, Dulce Chaves. **TRAJETÓRIA DO NORTE**: uma tentativa de ascenso político in: Angela M. de Castro. **Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituintes dos anos 30**. Rio, Nova Fronteira, 1978 p. 341/372.
3. Id. *ibid.*
4. LIMA SOBRINHO, Barbosa. Apud Pandolfi op. cit. p. 340.
5. RESULTADO do pleito de 1º de março para Presidente. A República, Natal, 01.04.30.

6. CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete. Rio, J. Olímpio, 1966, p. 63. vol. 1.
7. CAFÉ FILHO, João. op. cit. p. 64.
8. PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit. p. 341.
9. CAFÉ FILHO, João. op. cit. p. 63.
10. Id. ibid. p. 64.
11. DECRETO Nº 1 Da Junta Governativa e a dissolução da Assembléia Legislativa. A República, Natal, 8 out. 1930.
12. JUAREZ chega acompanhado Dr. José Américo e Dr. Irineo Joffili – diretor Segurança Pública da Paraíba. A República, Natal, 14 out. 1930.
13. TELEGRAMA de Dr. Lindolfo Câmara ao coronel Luiz Tavares Guerreiro. A República, Natal, 6 nov. 1930.
14. SKDIMORES, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo (1930/1964), Rio, Paz e Terra, 1976, p. 21/23.
15. PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit. p. 361.
16. Embora Pandolfi cite 6 interventores no RN, a informação não é correta, os documentos revelam apenas 5.
17. PANDOLFI, Dulce Chaves. op. cit. p. 352.
18. Id. ibid. p. 346.
19. Id. ibid. p. 347.
19. BARBOSA, Edgar. História de uma Campanha. Natal, Imprensa Oficial, 1936, p. 25.
20. Natural do Rio Grande do Norte e descendente de família enraizada na política local.
21. BARBOSA, Edgar. op. cit. p. 28.
22. TERMINOU ontem a apuração das eleições suplementares. A República, Natal, 12 mar. 1935.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. BARBOSA, Edgard. História de uma Campanha, Natal, Imprensa Oficial, 1936.

2. CAFÉ FILHO, DO SINDICATO AO CATETE – Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, J. Olímpio Editora, 1966, V. 1 (coleção).
3. CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte – MEC, Serviço de Documentação.
4. ————— História de uma Assembléia Legislativa no Rio Grande do Norte, Natal, Fundação José Augusto, 1972.
5. CARONE, Edgard – A primeira República (1889/1930) Texto e Contexto, São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1969.
6. ————— A República Nova (1930/1937), São Paulo, Difel, 1976.
7. FAUSTO, Boris – A Revolução de 1930 – Historiografia e História, São Paulo, Brasiliense, 1976.
8. ————— A Revolução de 1930, in: Brasil em Perspectiva (org. C. G. Motta) São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 253/284.
9. FURTADO, João Maria – Vertentes (memórias), Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora Ltda. 1976.
10. MEDEIROS, Tarcisio da Natividade. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte. Natal, Imprensa Universitária, 1973.
11. TÁVORA, Juarez – Uma vida e muitas Lutas – Memórias – A Caminhada no Altiplano. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1972, v. 2.
12. PANDOLFI, Dulce Chaves. Trajetória do Norte: Uma Tentativa de Ascenso Político. In: Gomes, Angela Maria de Castro. Regionalismo e Centralização Política. Partido e Constituinte dos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 341/372.
13. SILVA, Hélio – O Governo Provisório – 1931/33 – História da República Brasileira, São Paulo, Editora Três, 1975, v. 8.

ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 30. (50 anos depois)

Tarcísio Medeiros

A Revolução de 1930, apresentada geralmente como consequência dos males do regime político da Primeira República, teve, entretanto, causas diversas que impulsionaram e favoreceram a sua eclosão em 3 de outubro, há cinqüenta anos passados, no Rio Grande do Sul, e, simultaneamente, em Minas Gerais e Paraíba.

Essas causas tornaram-se mais evidentes a partir do início do governo do Sr. Washington Luís Pereira de Souza e Fernando de Melo Viana, em 15 de novembro de 1926, muito embora os bons propósitos de favorecer o País com reforma financeira capaz de resolver os graves problemas econômicos que o afligiam, e de abrir estradas necessárias à circulação das riquezas por todo o Brasil.

Nem tudo foi possível, porque ao final de 1929, a crise mundial deflagrada, — cujo maior reflexo ocorreu nos Estados Unidos — a que estávamos dependentes de transações mercantis, — forçou a que só no eixo Rio / São Paulo, 579 incipientes fábricas fechassem suas portas, e, por toda parte, mais de 2 milhões de desempregados sequer conseguissem viver, com seus salários defasados, ou passassem a trabalhar no campo e nas fazendas, onde a mão-de-obra diminuía.

Por outro lado, a cotação do café no mercado internacional ia por água abaixo, “enquanto havia mais de 27 milhões de sacas estocadas, porque de 200.000 réis a saca, em agosto de 1929, o preço caiu para 21.000 réis, em janeiro de 1930. Assim, o todo poderoso café do Brasil, com força para eleger

presidente da República, colocava o Governo do momento na maior crise da história da Velha República". Além disso, praticamente, não mais se exportava borracha, cacau, sal e algodão, o que determinou verdadeiro pânico entre os fazendeiros que culpavam o Governo por todos estes males.

A classe social atingida economicamente, naquela época, por tal, foi a dos proprietários rurais representada nos Estados pelos "coronéis", em geral constituía a classe sócio-econômica e politicamente da nação formadora dos grupos oligárquicos, que aglutinava fazendeiros paulistas e mineiros, os estanceiros gaúchos, nos três Estados principais e os seus correspondentes senhores de engenhos, plantadores de cacau e algodão, criadores de gado, donos de seringais nas outras áreas geográficas, todos latifundiários da monocultura. Minada pela insolvência financeira do tempo, deixou-se ficar sem reação, ou incapaz dela, ante as correntes de contestadores ao regime surgidas em face do desenvolvimento do urbanismo, que concentrou nas cidades a classe média ascendente, então engrossada com a dos operários das primeiras indústrias nascentes na região Centro Sul da Nação, que, agora, sem trabalho, vai se engajar, juntamente com a elite intelectual e o tenentismo, no processo revolucionário.

Apesar dessas causas econômicas e sociais, não muito pressentidas na época, foi dado maior ênfase aos princípios de ordem jurídica e política pelos líderes revolucionários que, em suas campanhas preconizavam, principalmente, reformas na ordem legal, em particular as relacionadas com o sistema eleitoral. Assim, tanto a Aliança Libertadora quanto o Partido Democrático, informam Afonso Arinos e Jânio Quadros (Hist. do Povo Brasileiro), que abordaram o assunto, no decênio de vinte: "Propugnavam, principalmente, nos seus programas de lançamento, pela obtenção da liberdade política e da prática do sistema representativo. Tudo o que se referia às transformações econômicas e sociais era vago, impreciso e pouco concreto nos referidos programas". Aliás, era óbvio que o meio político reformista reagisse assim, sobretudo, diante daquilo mais visível

de todos os males: o desvirtuamento do sistema representativo, em uma palavra, a farsa eleitoral.

x x x

Em detalhes, eis as ocorrências, nos bastidores da nação, que permitiram a explosão revolucionária.

Em 1930, o Brasil, politicamente, seguia ainda o modelo do Presidente Campos Sales, ou seja, da *"política dos governadores"*, ou *"política dos Estados"*, na qual os grandes Estados dirigiam a Nação, Minas Gerais e São Paulo, a dupla *"café com leite"*, ou como disse certa feita o diplomata Raul Fernandes: "São Paulo e Minas decidem, os outros Estados aderem e está tudo acabado". Só que, depois, quando o Rio Grande do Sul penetra como cunha na brecha, a Revolução estoura.

Mas, então, a forma era simples, e tudo era calcado na falsidade das representações legislativas e executivas, em consequência do regime eleitoral do tempo. Eleições federais fraudulentas, nos Estados, elegiam bancadas federais, destinadas a apoiar o Presidente da República no poder e a consagrar, em convenções formais, o candidato à Presidência da República, escolhido entre os que detinham a situação nos grandes Estados.

O Presidente da República assim eleito, no poder, para continuação desse estado de coisas, tinha que apoiar as oligarquias estaduais de sua simpatia, permitindo que os presidentes dos Estados fossem por elas eleitos e as respectivas assembléias locais, nas quais a oposição jamais conseguia uma representação mínima.

Isto era possível pela falsidade dos pleitos, cujo decorrer a fraude começava desde o alistamento dos eleitores, o ato de votar, no qual os participantes eram conduzidos a seções eleitorais pelos cabos eleitorais dos *"coronéis"* (voto de cabresto), até a apuração e proclamação dos eleitos pelo Congresso Nacional. Não existindo justiça eleitoral, todo o processo representativo ficava entregue às autoridades locais, dependentes dos

executivos estadual e federal, a que obedeciam o mais simples delegado de polícia, ao secretário de segurança; autoridades administrativas, prefeitos, delegados fiscais, coletores, professores e inspetores de ensino; escrivães, tabeliães, oficiais de justiça, até juízes e promotores que não tinham funções judicantes nas eleições, e de cujas carreiras dependiam do Presidente do Estado, com o beneplácito chefe político do “coronel”, ou daquele movimentador da máquina política do meio rural, então possuidor de mais votos para sustentar a oligarquia dominante.

Nessa organização política, era o “coronel” de uma importância fundamental, cuja atuação, no dizer de Afonso Arinos, “muitas vezes moderadora de excessos e reguladora de conflitos, parecia, em geral, benéfica, dados os fatores vigentes — era o elemento mediante o qual o impulso do domínio político, vindo do Presidente da República, através dos presidentes dos Estados, — penetrava até à intimidade territorial e social do País. Recebendo disciplinadamente as instruções do alto, ele gozava de certa autonomia local, reconhecida pelos seus superiores. Assim, desde as Câmaras Municipais e Prefeituras, passando pelas Assembléias e Governos estaduais, até ao Congresso Nacional, à Presidência e Vice-Presidência da República, tudo era regulado sincronicamente, sem possibilidade de modificações, desde o princípio do século”, desde o início da República.

Todavia, o conjunto oligárquico, grupo social e econômico, dominante politicamente, (no qual não estava excluído o laço de parentesco, sobretudo nos Estados) só funcionava eficientemente quando sua base estava fincada nas condições econômicas e sociais que lhe deram origem, ou seja, o predomínio do campo sobre a cidade, o latifúndio e a monocultura, na falta de industrialização e de técnica, na população pequena, na carência de transportes e na pequena utilização das fontes de energia. Quando estas condições se modificaram com a industrialização e a técnica sobrepujando a monocultura e o latifúndio; a urbanização e o transporte favorecendo a concentração demográfica nas cidades, pela abertura de novas fontes de trabalho e produção

fizeram surgir maior contingente eleitoral de modo a decidir os pleitos, então estava amadurecido o momento para a transformação do velho Regime Republicano que não mais atendia às novas concepções políticas, econômicas e sociais que o mundo democrata já havia reformulado, ante a avalanche dos regimes comunista e facista que apareciam na Europa, com ditaduras da esquerda e da direita.

Daí ser necessário uma reforma na base do regime, com nova Constituição que acabasse com o despotismo do Presidente da Nação, eleito somente pelos grandes Estados, ou dos presidentes dos Estados, eleitos pelas oligarquias apoiadas pelos "coronéis". O fim dos pleitos fraudulentos e das corrupções administrativas. O exercício do direito das minorias partidárias, nas representações do Legislativo, sobretudo, remédio eficaz para amenizar a situação econômica e muitas reformas sociais de amparo à classe trabalhadora e de oportunidades para todos, no dizer das reivindicações da classe média, ou para alguns, da burguesia que surgia como força política decisiva, representada que estava por uma elite de intelectuais e pelo Tenentismo, facções civil e militar de jovens reformadores culturais e sociais, que protestavam contra a ordem vigente, desde 1922, pelo movimento modernista e as revoluções do mesmo ano e a de 1924, cujos propósitos vão influenciar a plataforma da Aliança Liberal, em janeiro de 1930, e somente esquematizada no programa do "Clube 3 de Outubro".

x x x

Com o modernismo, surge o primeiro sinal de inquietação da classe média intelectualizada, com o objetivo de modernizar o Brasil, ainda que à custa de muito barulho, mesmo escândalo. No campo literário, nasce a tomada de consciência da necessidade de romper com o academismo da língua portuguesa, valorizando o modelo nacional do qual Mário de Andrade é o chefe do movimento com a poesia "*Paulicéia desvairada*" (1922),

“Escrava não Isaura” (1925) e, finalmente, “Macunaíma”, o marco militar da corrente modernista.

Macunaíma, dizem os literatos: “Reflete na verdade a angústia do escritor procurando expressar-se em todos os linguagens nativos ou não, que formam o nosso complexo cultural, compondo um grande caleidoscópio, que resultaria num quadro de incomparável riqueza pictórica, mas ainda caótico”. A viagem deslumbrada de Mário de Andrade pelo folclore brasileiro tem algo de semelhante, na sua inquietude, com outra viagem, esta de protesto, que marcou o “Tenentismo”, tanto quanto Macunaíma o modernismo: a coluna Prestes, em dois longos anos de peregrinação obstinada e inconseqüente pelo interior do País.

Os modernistas e tenentistas se identificam pela simplificação dos seus ideais. A luta contra os escritores acadêmicos corre paralelamente à luta contra os políticos profissionais. Não os interessava problemas de fundo, mas de forma. O campo de batalha como que se limitava de um lado na questão das liberdades gramaticais, de outro na instituição do voto secreto, ou da moralidade administrativa, poder-se-ia concluir numa formulação esquemática, certamente passível de retificações a um exame mais atento do período histórico que antecede à Revolução de 1930.

O “Tenentismo” em si, informa Virgílio Santa Rosa, em “O Sentido do Tenentismo” não era, então, uma invenção habilíssima do ditador Getúlio Vargas, porém um movimento político já caracterizado no meio militar, desde o fim da 1ª Grande Guerra que chega ao Estado Novo, em 1937, e, dizemos nós, foi além.

Com efeito, a partir daquela época, numa cronologia de participação na vida nacional, o Tenentismo passou por três diferentes fases, como nota Nelson Werneck Sodré (Hist. Militar do Brasil), e que completamos com o nosso entendimento: na primeira, os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto

de luta armada tão-somente, como ocorreu na campanha contra o civilismo de Epitácio Pessoa, a retirada do Senado do projeto de aumento dos militares, o episódio das cartas falsas, contra o Marechal Hermes da Fonseca e o despotismo do governo de Artur Bernardes; na segunda, os elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre. Assim a revolta do Forte de Copacabana, continuada com as revoluções gaúchas de 1923, a paulista de 1924 e a Coluna Prestes, liderada por Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e outros, percorrem grande parte do Brasil, de 1924 a 1927, com a finalidade de levar a revolução ao interior do País; e, na terceira, finalmente, o vínculo será a oposição federal, a propósito de problemas de âmbito nacional, deflagrada com a sucessão do presidente Washington Luís.

O Tenentismo, por outro lado, caracterizou-se pelo autoritarismo e pelo elitismo, pregando o ideal nacional. Ideologicamente, suas propostas não se vinculavam a nenhuma classe social, muito embora houvesse coincidência dos seus interesses com os da classe média, onde abundavam os intelectuais reformistas que os apoiaram, ou dos que faziam oposição aos governos locais, e, por isto, foram chamados de tenentes civis.

Na seqüência das intencões abortadas anteriores a 1930, os tenentes manifestaram, apenas, protestos contra os vícios da política tradicional, mas que refletiam as inquietações dessa classe média, enquanto que a burguesia dissidente, formada de ricos da indústria primitiva de então, pouco participou, senão a partir de 1926, com a fundação do Partido Democrático de São Paulo, objetivando uma ideologia que o Tenentismo adotou, e que vai representar a bandeira da "Aliança Liberal" de 1930. A sua adesão levou para este Partido a grande popularidade que cercava os tenentes de então.

Os tenentes são da Marinha e do Exército, sendo a maioria do Exército, precisamente da Escola Militar do Realengo, a criadora do militar profissionalizado, ao contrário daqueles filó-

fosos positivistas da Escola da Praia Vermelha, atuantes na República Velha.

Todavia, dessa Escola autoritária do Realengo, os tenentes de 22–30 já estavam divididos com lideranças diferentes. Assim, Juarez Távora representava a corrente de imposições, na mudança do sistema político, enquanto Luís Carlos Prestes liderava a que achava necessária às reformas sociais, sobremaneira, as que mais profundamente atingissem as camadas populares, fazendo atrair, de início, Siqueira Campos e Miguel Costa. O rompimento, entre eles, se dá após 1924, já no exílio, quando Siqueira Campos, João Alberto e outros abraçam o programa da recente Aliança Liberal, onde já se encontravam os civis: Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Joaquim Sampaio Vidal, Batista Luzardo. Só Luís Carlos Prestes vai aderir ao Partido Comunista Brasileiro, em 1º de agosto de 1934.

x x x

Estas, superficialmente, foram as causas gerais que pressionaram as causas imediatas à crise política que redundou na Revolução de 1930.

A força geradora dessa crise veio se acumulando desde o governo anterior de Artur Bernardes (mineiro) e Estácio Coimbra (pernambucano), cujo quadriênio transcorreria inteiramente sob “estado de sítio”. Efervescência política, revoltas e perturbações da ordem impediram uma boa administração, que ficou marcada, indelevelmente, sobretudo pela revolta paulista de 15 de julho de 1924, motivadora da famosa coluna Prestes que atravessou o País, em todos os sentidos, sem nunca ter sido detida, até internar-se em território boliviano, numa propaganda revolucionária dos novos ideais do Tenentismo e de princípios adotados depois pela “Aliança Liberal”, de luta ostensiva para liquidação do velho regime

Do poder despótico de Bernardes, saiu a eleição, pelos métodos primitivos e fraudulentos, praticamente sem oposição, a eleição de Washington Luís. Posse, em 15 de novembro de 1926, reiterando a sua plataforma, como dissemos, de resolver a precária situação econômica do Brasil, abrir estradas e procurar fazer, de algum modo, o que já realizara como Presidente do Estado de São Paulo, na área política mais especificamente, da divisão do poder entre fazendeiros e cidadãos, o agrarismo e o industrialismo, no processo de diferenciação do caciquismo latifundiário-monocultor, para as primeiras experiências de direção social da burguesia urbana.

Revelou-se na direção da Nação como absorvente, autoritário, competente, honesto, “não admitia segundos”, na palavra dos seus biógrafos. “Mandava sozinho, como um autocrata, sem contemporizar nem mesmo com os grão-duques da política dos Estados”. Contudo, no relato de Sérgio Buarque de Holanda, — “apesar de autoritário, mostrou-se (como Presidente da República) mais ponderado, e seu temperamento farrista e mulhengo”, angariava-lhe simpatia popular. “Comigo é na madeira”, costumava dizer o Presidente, que organizava tertúlias no Palácio Guanabara, cantando marchas acompanhado por Antônio Prado Jr., prefeito do Rio de Janeiro.

Em setembro de 1926, às vésperas de sua posse, um deputado paulista, então jovem, de nome Júlio Prestes de Albuquerque, assumia a liderança da maioria da Câmara Federal, e logo mais seria o defensor do plano financeiro presidencial, conseguindo, sem dificuldades, a sua aprovação por lei. Credenciado por este êxito, e passando ao círculo de amigos de Washington Luís, foi escolhido para o governo de São Paulo, para suceder a Carlos Campos, falecido repentinamente. Quando adiante, com essas credenciais, passou a ser o candidato preferido de Washington Luís, para substituí-lo na Presidência da Nação, vai ser o “pivot” da crise política que desarticulou a praxe da sucessão, a qual, pela ordem natural de então, caberia a Minas Gerais fazer o Presidente. Esta atitude veio colocar Antônio

Carlos de Andrade, Francisco Campos, os líderes mineiros, em dissidência, juntamente com o Partido Democrático de São Paulo, e o Rio Grande do Sul, — Estado em que as eleições de fevereiro de 1927 transcorreram num clima de protesto, contra as organizações oficiais e os métodos utilizados no pleito pelo Governo Federal. A este grupo, junta-se a Paraíba de João Pessoa, por não ter conseguido, de início, apoio no combate aos amotinados de Princesa, politicamente fiéis aos Dantas e a Washington Luís. Por tal, isto motivaria a sua inclusão na chapa oposicionista, formada por Getúlio Vargas e ele, João Pessoa, como Vice-Presidente da Aliança Liberal, cuja plataforma é lida por Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930.

Em síntese, pretendia a Aliança Liberal, desde logo no Governo, conceder anistia, apresentar a legislação eleitoral; a Justiça Federal a ser criada, bem como tratava de reformas no ensino secundário e superior, da autonomia do Distrito Federal; da questão social, imigração, das Forças Armadas e do funcionário público; mostrava o plano financeiro, o desenvolvimento econômico e combatia a carestia de vida, entre os principais.

Definidas as candidaturas oficiais e da Aliança Liberal, é iniciada a propaganda que, no tempo, era feita em caravanas que percorriam o País em todos os sentidos, levando de ambos os lados, expoentes da intelectualidade, oradores populares de expressão, como acontecia na oposição com as figuras de João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, Batista Luzardo... — A par, conspirava-se. Conseguem-se adesões em cada parte que essas caravanas aliancistas passavam, o que fazia gerar um clima de violência e tumulto, com saldo expressivo de mortos e feridos, como aconteceu com a caravana de Batista Luzardo em Garanhuns e Natal. Em Espírito Santo, Vitória, quando discursava Félix Pacheco, estalou a fuzilaria: — mais de 100 vítimas, mortos e feridos.

Nessa agitada fase, ocorre o engajamento do Tenentismo

com a nova realidade política, os quais são abordados pela ala mais radical da Aliança, onde figuravam Virgílio de Melo Franco, João Neves da Fontoura e Flores da Cunha. No Rio Grande do Sul, Siqueira Campos vai aproximar Luís Carlos Prestes, de Getúlio Vargas, o qual lhe ofereceu o comando revolucionário, garantindo apoio em dinheiro e armamento. O Delegado Laudelino de Abreu detectou a conspiração. Janeiro de 1930. Siqueira Campos conseguiu escapar sob intenso tiroteio, tudo como se relata na História do Exército Brasileiro. (Perfil Militar de Um Povo – edição de 1979).

“Assim, a rebelião crescia também na sociedade paulistana. Caio Brant estreitava as ligações com Minas Gerais. No Rio montavam a trama os oficiais revolucionários: Tasso Tinoco, Eduardo Gomes, Celso Fonseca, Adir Guimarães, Cordeiro de Farias... No Nordeste, conspirava-se febrilmente. Juarez, preso no Rio, foge depois da fortaleza de Santa Cruz e vai para o Nordeste organizar a Revolução. João Neves da Fontoura, em Pernambuco, diante do auditório do Santa Isabel, proclamava: “Mas, se a 1º de março, os donatários do Brasil tentarem afogar no mar morto da trapaça o pronunciamento da Nação, levantemo-nos, então, em armas, por amor ao Brasil”.

Em 1º de março de 1930, que caiu no primeiro dia de carnaval, foram realizadas as eleições. Apuradas as urnas, vence o candidato governista, Júlio Prestes, com mais de um milhão de votos, contra 737.000 para Getúlio Vargas. A Aliança Liberal estava derrotada, porque não conseguira desmontar a máquina eleitoral montada pelo Governo em 17 Estados. A fraude, praxe na época, dominou o pleito de parte a parte.

A reação dos extremados vence a vontade daqueles que achavam o melhor caminho, o reconhecimento da vitória do adversário. Daí afirmar Assis Brasil que o Partido Liberal iria, com seus aliados, às últimas conseqüências dos antecedentes estabelecidos.

A conspiração aumenta. Dia 20 de março, Batista Luzardo dirigiu-se a Epitácio Pessoa para pedir colaboração, afirmando

que o Rio Grande, pronto, está à espera do apoio de Minas e da Paraíba. Osvaldo Aranha combinou os termos, estudou os planos e previu o rateio das armas trazidas da Tchecoslováquia: o Norte, a cargo de Juarez Távora; São Paulo, Siqueira Campos; Minas, responderia o capitão Leopoldo Néri da Fonseca.

Entretanto, os planos revolucionários são turvados com o manifesto comunista de Luís Carlos Prestes. Siqueira Campos e João Alberto rumam para Buenos Aires para convencê-lo do contrário, o que não conseguem, em face de reiterar que "as alianças políticas para esse processo eram incompatíveis com as aspirações revolucionárias e ultrajantes à memória dos companheiros que foram sacrificados na luta". Na viagem de retorno, acidente aéreo, no qual morre Siqueira Campos, escapando João Alberto.

No dia 22 de maio, Júlio Prestes é proclamado Presidente pelo Congresso e, a 1º de junho, Getúlio lança o manifesto de censura ao pleito, mas aceita o seu resultado como fato consumado, fazendo Osvaldo Aranha demitir-se da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul.

Então, vai ocorrer no Nordeste o impacto que impulsiona a vontade revolucionária já preparada no Brasil: o assassinato de João Pessoa, quando ainda estava às voltas com os jagunços de José Pereira e sem encontrar meios de vencê-los, ainda esperava a intervenção federal em seu Estado.

Nesse ambiente, quando visitava Recife, em 26 de julho, estando numa confeitaria, é abatido a tiros, por um membro da família Dantas. O crime, facilmente conduzido para o terreno político, emocionou a Nação, e tornou inevitável a solução pelas armas. Daí em diante, todos se lembram desse momento: o movimento irrompeu nas ruas, nos quartéis, nas escolas, nas oficinas, nos jornais, no parlamento; em uma palavra, na consciência nacional. "Foi talvez, como afirmam ainda hoje historiadores ilustres. Em toda história do povo brasileiro, o momento em que massas e elites, com exclusão de reduzidíssimas minorias, mais de perto confraternizaram em um ideal comum de reforma e

esperança". Sob esse aspecto, a Revolução de 1930, por um momento, antes das divisões e decepções posteriores, foi o mais poderoso e belo movimento da nossa vida coletiva.

A partir daquele instante, a mística revolucionária predominou em todas as testemunhas do tempo, com seus símbolos, seus hinos, na lembrança do carisma do seu mártir: João Pessoa.

Conseqüência do momento, foi a reestruturação das forças que vão formar o estúpido da Revolução armada. Virgílio de Melo Franco, sem perda de tempo, refaz Minas e o Rio Grande do Sul. Em São Paulo, o capitão Ricardo Hall assumiu o posto de Siqueira Campos, mas descoberto, foge. Em Mato Grosso, os irmãos Etchgoyen tomam o comando. Juarez Távora reativa o Norte. Em agosto, vem o apoio de Borges de Medeiros e de mais oficiais do exército, entre eles o tenente-coronel Góis Monteiro, que será o chefe do estado-maior revolucionário. E assim, após sucessivas protelações, no dia 3 de outubro de 1930, em manobra conjunta, articulada entre o Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, estoura a inevitável insurreição, já então contando com a adesão de Getúlio Vargas com o seu grito de: "Rio Grande do Sul, de pé pelo Brasil! Não podereis iludir o teu destino heróico!

x x x

A revolução estava nas ruas.

No Rio Grande do Sul, precisamente em Porto Alegre, pelas 17:30 h os combates são iniciados com ação preliminar sobre o QG da 3ª RM e em algumas unidades militares que não haviam aderido. Até às 2 horas do dia 4, todos os quartéis estavam tomados e o levante estava vitorioso entre os dias 4 e 5. Os tenentes civis: Virgílio de Melo Franco e Osvaldo Aranha, os militares Góis Monteiro e João Alberto foram os heróis das batalhas, nas quais perderam a vida 19 pessoas e centenas ficaram feridas.

Em Minas Gerais, no mesmo dia, pelas 15:30 h., o coman-

dante da 8ª Brigada de Infantaria e efetivo do 12º RI., coronel Andrade, é preso na rua, assim como outros oficiais, por ordem de Cristiano Machado, chefe de segurança, segundo o plano de Odilon Braga. Entretanto, pelas 17:30 h., por intermédio do 2º ten. Brito Melo, oficial do dia, o 12º RI., inicia a resistência que vai até o dia 8, somente concluída, quando sabe de seu comandante preso o que ocorria no Brasil. Depois há a resistência também do 11º RI, São João del Rei e do 5º RCD de Três Corações, que são também vencidas, de modo que, em Minas, a Revolução estava vitoriosa somente em 15, quando a tropa fica disponível para seguir a Bahia.

Na Paraíba, a Revolução atrasou em face da proposta de Juarez Távora. Irrompeu no dia 4, pelas três da madrugada. Do "Buraquinho", os civis conduzidos por Antenor Navarro, juntando-se a Agildo Barata, partiram para o assalto ao 22º B.C., aproveitando da preparação de Juracy Magalhães, oficial de serviço. No tiroteio, morre o General Lavanère. Ocupadas a Escola de Aprendizes de Marinheiro e a Capitania dos Portos, o Ten. Jurandir Bizarria Mamede impede a partida do navio Muniz Freire, do porto de Cabedelo. O 25º B.C. sublevou-se, e, em pouco tempo, toda a Paraíba estava debaixo de controle revolucionário, embora a resistência do 23º B.C. de Fortaleza, acantonado em Souza, fosse vencida com a morte heróica do seu comandante Tenente-coronel, Pedro Ângelo Correia, no cumprimento do dever.

Da Paraíba, organizaram-se, imediatamente, as colunas que marcharam sobre Recife, que resistiram um pouco, Campina Grande, Natal e Fortaleza. Nas capitais desses Estados, os respectivos presidentes abandonaram seus postos, permitindo festivas recepções aos revolucionários, na sua maioria composta de "paisanos" de laços preto-vermelho no pescoço, representando o sinal da bandeira perrepista e de luto por João Pessoa. Tropa de desocupados, aventureiros, que atemorizavam as famílias, obrigando os incautos, nos comícios das praças públicas, a que eram chamados a comparecer, ajoelhar quando era

cantado o hino a João Pessoa: "João Pessoa, João Pessoa, bravo filho do sertão; toda pátria espera um dia a tua ressurreição" ... — Ai daquele que não obedecesse, levava cachaço, até ajoelhar à força.

Aqui em Natal, os oficiais em comando convidaram, para o governo provisório, o desembargador Silvino Bezerra, que não aceitou. Desejou Café Filho o posto, por ter feito oposição ao Presidente Juvenal Lamartine e se considerar um tenente civil. Nem ligaram. Preferiram formar, eles mesmos, um triunvirato: Luís Tavares Guerreiro, major; Abelardo Torres da Silva, capitão; e Júlio Perouse Pontes, tenente. Esta Junta, de 6 a 12 de outubro, dizem as crônicas do tempo, "cuidou de manter tranqüilo o ambiente, restando o entusiasmo predatório dos irresponsáveis e aproveitadores atrevidos".

No Sul, a sublevação se irradia, em ofensivas para Santa Catarina e Paraná. Em Santa Catarina esboça-se uma pequena reação, logo superada com debandada das tropas legalistas. No Paraná, o exército depõe o governo constituído. Estas forças, comandadas por Miguel Costa ao ingressar no território de São Paulo, viram-se diante de uma resistência inusitada, em Itararé, comandada pelo Coronel Pais de Andrade, que contava com 6.200 homens, canhões e até aviões. Do outro lado, Miguel Costa contava com 7.800 homens, apoiados em 18 canhões modernos. Tudo fazia prever que ali se travaria a batalha decisiva da Revolução, talvez a maior batalha campal da América do Sul. Depois de 20 dias de escaramuças, para reconhecimento do terreno e conquista de pontos básicos de ação, o dia 24 de outubro é decisivo, pois é marcado o início da ação para o imediato. Dia 25 um emissário dos revolucionários traz a notícia de que o presidente Washington fora deposto, não havendo mais razões para a luta entre irmãos. E assim, com esse desfecho, a batalha de Itararé ficou conhecida como "a que não houve".

Na verdade, havia ocorrido, na manhã de 24 de outubro, que as altas patentes do Exército, desde antes simpáticas aos revolucionários, intervieram na luta, no momento "em que o

êxito maior dos acontecimentos pendia para estes". Daí o gesto de tomada de poder, com a deposição de Washington Luís, pela Junta Governativa formada pelos generais: Tasso Fragoso, Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, os quais juntamente com os generais Bertoldo Klinger, Malan e Leite de Castro executaram o golpe "para previr excessos", embora com a intenção de se perpetuarem no governo, como desejam alguns cronistas do tempo.

A mudança de atitude da Junta aconteceria no momento em que Getúlio Vargas, que estava em Ponta Grossa, Paraná, dirigia-se para o Rio de Janeiro, apoiado no telegrama do Comandante Góis Monteiro à Junta Governativa informando: "O governo provisório deverá ter por chefe o Sr. Getúlio Vargas", e nos 30.000 homens comandados por este general que marchavam para o Rio de Janeiro, em sua maioria de gaúchos desejosos de amarrarem seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco.

Por outro, o clima de violência, nas ruas do Rio de Janeiro, a partir de 6 de outubro, deixara um rastro de morte e feridos, a par de assaltos e destruições no comércio local. Com o passar dos dias, com a Polícia Militar e o 3º Regimento da Praia Vermelha aderindo e o Presidente afirmando que de lá "só saíria preso ou morto", motivou o gesto daqueles generais. O Presidente ainda tentou resistir, mas é demovido pelo Cardeal D. Sebastião Leme que o conduziu para a fortaleza de Copacabana, de onde sairia para o exílio, logo mais.

Em 3 de novembro, um mês depois de iniciada a insurreição, Getúlio Vargas toma posse provisória do Governo Federal. São seus Ministros: Osvaldo Aranha, Justiça; Assis Brasil, Agricultura; Juarez Távora, Viação e Obras Públicas; José Maria Whitaker, Fazenda; Afrânio de Melo Franco, Exterior; general Leite de Castro, Guerra; e almirante Isaías de Noronha, Marinha.

Assim, como já havia divergência entre os revolucionários, por ocasião da Junta Governativa, como ficou dito, agora ficava patente a insatisfação pela escolha do Ministério, o que obrigava

o Governo a criar o Ministério da Educação, para o mineiro Francisco Campos; e o do Trabalho, Indústria e Comércio, para o gaúcho Lindolfo Collor. A partir daí, mais divergências vão surgir, de forma a proporcionar a Revolução de 1932, em São Paulo.

Mas, de qualquer forma, na verdade, a Velha República findara. "O Estado fragmentário, criado pela Constituição de 1891, no qual cada unidade gozava de autonomia, vai desaparecer. Sobre suas ruínas se erguerá um poder centralizado que vai desenvolver mudanças importantes no corpo social, político e econômico da Nação, em duas etapas: a primeira, de 3 de outubro o Governo provisório até a Constituição de 1934; a segunda de 1934 até o golpe de 1937 e o Estado Novo".

Com a instalação do Governo provisório, é adotado o regime dos Interventores nos Estados, ou representantes do Governo Central do Sr. Getúlio Vargas, quando, então, os tenentes tiveram a primazia nas nomeações, de modo que, ao findar em 1931, só restavam interventores civis em Pernambuco, Paraíba e Acre. Acima deles, estava Juarez Távora, chefe da Delegacia de Governo para o Norte e Nordeste.

Nessa fase, as duas correntes que dirigiram a Revolução, até então unidas, separam-se claramente. Enquanto, as lideranças oligárquicas reivindicavam o retorno à normalidade de uma ditadura que executasse reformas na organização política do País.

Este clima de divergência vem bem explicado em "Nosso Século", tomo correspondente à Revolução de 1930: quando manifesta a opinião de Osvaldo Aranha, tenente civil, de que a "Revolução não conhecia direitos adquiridos e que era preciso manter, defender e consolidar a ditadura de um homem de honra, com as virtudes de puro administrador. Ditadura sem limite fixado, até que todos verifiquem por atos, não por palavras, a regeneração e a reabilitação dos costumes políticos e administrativos".

Getúlio Vargas, na cúpula dos acontecimentos, entre as

duas correntes, fazia jogo ambíguo, tentando contrabalançar a pressão dos tenentes com a participação de velhos políticos na nova constelação de poder, fórmula desacreditada, senão possivelmente válida para a hipótese de ser ele aquele ditador preconizado por Juarez Távora. Os acontecimentos confirmariam.

x x x

A partir do final de 1931, a crise entre os líderes revolucionários aumentou.

A Legião Revolucionária criada nos fins de 1930 pelos tenentes, é transformada no "Clube 3 de Outubro", em maio de 1931. Contra os seus princípios, os políticos liberais e das oligarquias aderentes contestariam, inclusive acusando alguns de serem participantes do bolchevismo, senão formando partidos outros, como o Partido Republicano de Minas, de pouca duração; o Partido Democrático de São Paulo, em aliança com o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, este formado de políticos antigos, como Assis Brasil e Batista Luzardo, unidos a Borges de Medeiros, todos reivindicando uma Constituição necessária a reformulação do processo político.

Dentre os tenentes, também começara a deflexão.

Espelhando a angústia que atormentava um amplo setor dos jovens militares revolucionários, João Cabanas, um dos heróis da Coluna Prestes, em fins de 31, dizia: "Faz um ano que a Revolução venceu. Não foi uma revolução comunista, nem filosófica, nem social; não foi coisa alguma... A intromissão de políticos e politiquinhos, habituados a praxes degenerativas, transformou o nosso gesto de rebeldia em questão de política baixa, no sentido de apenas destronar os que estavam por cima"...

Conseqüência desse pronunciamento de Cabanas, foi a fundação da Legião Cearense, cujo pensamento ideológico se apoiava no conservadorismo católico de Jackson Figueiredo e na instituição de um Estado corporativo. Entre os 15.000

adeptos no Brasil, estava o padre Helder Câmara. Em 1932, esta Legião unia-se a Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado, de feição fascista, que seria a força de oposição ao partido comunista do outro ex-tenente Luís Carlos Prestes. Ambas procurariam disputar o poder, depois de 1934. De suas intenções frustradas visando o Governo, resultaria a oportunidade para o golpe de estado de Getúlio Vargas, em 1937.

Antes que isto ocorresse, o foco principal da crise, entre as elites da Velha República e os tenentistas era São Paulo, desde a primeira interventoria de João Alberto, que trouxe a insatisfação no meio político pela sua escolha, agravada com a falta de meios para exportação do café, que fez aumentar os reclamos das classes industriais e da burguesia, não acolhidos pelos representantes revolucionários no Estado. Assim, João Alberto renunciou, sendo substituído em julho de 31 por Lauro Camargo que durou até novembro, sendo substituído pelo general Rabelo. Já então, o caso paulista conseguia a simpatia dos políticos do Rio Grande do Sul. Em Minas, conta com a simpatia de Artur Bernardes, que apoiara a Revolução. No Rio, em fevereiro de 32, um grupo dado como tenentista empastela o "Diário Carioca", permitindo, assim, a simpatia do Distrito Federal e grande maioria da imprensa nacional para a causa paulista: pronta reconstitucionalização do País e a restituição a São Paulo de sua autonomia. Getúlio, no seu jogo habitual, adia as decisões, porém, de surpresa, descarta uma de impacto, como seja a nomeação do embaixador Pedro de Toledo para a interventoria paulista, satisfazendo a reivindicação de Governo civil e paulista.

Contudo a conspiração vinha desde abril de 31, com o general Isidoro Dias Lopes, iniciando as sondagens visando à derrubada do Governo provisório, aliciando, entre outros, no Rio de Janeiro, ainda os tenentes: Severo Fournier e Agildo Barata e o coronel Euclides Figueiredo. Em São Paulo, contou com o apoio de toda oficialidade, das classes empresariais e de artistas e intelectuais, que se empenharam no movimento, como

Anita Malfatti, do escritor Monteiro Lobato, do poeta Guilherme de Almeida, do jornalista Paulo Duarte e muitos outros. Em Mato Grosso com o comandante da Região Militar, General Bertoldo Klinger.

No dia 9 de julho de 1932, a Revolução é iniciada em São Paulo, com a adesão do Interventor Pedro Toledo, convencido pelo seu secretário à última hora e depois de aclamado pelo povo, a governador do Estado. A partir de então, com os adeptos do Rio de Janeiro presos, a deserção dos gaúchos, a imobilização dos mato-grossenses e dos mineiros, os paulistas ficaram sós para suportarem uma verdadeira guerra civil com o resto do Brasil, num inútil e terrível banho de sangue, em cujo holocausto sua juventude pagou um preço muito alto em vidas perdidas e inutilizadas.

Em 30 de setembro, o armistício era iniciado. Com o término das hostilidades, os principais chefes são exilados em Portugal, impedidos de votar e serem votados nas eleições à Constituinte de 33. Não obstante a capitulação, São Paulo saiu vitorioso na paz: Getúlio soube ser magnânimo, respeitando o adversário que se batera valentemente. A eleição Constituinte de 33 e a proclamação da Constituição de 1934 vieram enfatizar a sua vitória moral, ainda mais em relevo com a nomeação de Armando Sales de Oliveira para a interventoria paulista, que, "num Governo circunspecto e dinâmico, reergueu o Estado ao nível das mais altas soluções da República".

x x x

Pelo visto, na análise da Revolução outubrista em estudo, a de 9 de julho de 32 foi a prova mais cabal de que a vencedora, aquela de 30 não tinha conseguido preencher o vazio institucional, político e administrativo causado pela sua própria vitória. A discórdia e ambição dos seus chefes desfizeram todo o ideal do 3 de outubro e, sobretudo, desintegraram o tenentismo. Os revolucionários autênticos de outubro de 30, a partir de

então, em desespero, "desviaram-se para a Aliança Nacional Libertadora, 1935, de feição comunista, ou para a Ação Integralista Brasileira, fascista, ambas ideologias totalitárias em evidência no mundo.

O que restou do regime da 2ª República democrática, iniciada a partir de 1934, vai ser disputado pelas oligarquias anteriormente batidas pela Revolução de 30, mas que, aceitando os termos da nova Constituição, vão arregimentar-se de modo a voltar ao poder, como acontecerá em vários Estados, inclusive o Rio Grande do Norte, até chegar o Estado Novo.

Restou de bom, apenas, a Constituição de 1934, com certas restrições ao seu valor jurídico e político.

Juridicamente, foi um grande documento. Incorporou ao seu texto inovações técnicas brilhantes, como: a representação classista no Legislativo, a instituição da justiça eleitoral e da justiça do trabalho, dando o poder de resolver os pleitos eleitorais e as questões sociais. Consagrou o direito social do direito público, em capítulos dedicados ao trabalho, educação, à saúde, à família e às garantias individuais. Noutros aspectos, foram incorporados preceitos referentes à defesa de certos recursos nacionais e ao estímulo do desenvolvimento econômico.

Politicamente, todavia, a Constituição de 34 surgiu sob o signo da contradição que lhe deu origem, e, por isso, sem condições de eficácia e durabilidade. Foi um documento fraco, incapaz de dominar e ordenar as incertezas e conflitos da situação.

E conclui Jânio Quadros (Hist. do Povo Brasileiro): ... "O sol da legalidade já nascia enconbertado pelas nuvens da ditadura, ante o panorama internacional que facilitava as aventuras de ambição do poder."

Isto vai acontecer, abrindo o segundo período das consequências da Revolução de 30, de 34 até 37, com o Estado Novo.

x x x

Nesse período de 34 até 37, ocorre a intentona comunista de 23 e 27 de novembro de 1935, em Natal, depois em Recife e Rio de Janeiro.

Nas suas causas estão incluídas, ainda, evidentes consequências da Revolução de 30, na falência de seus ideais, permitindo, por ocasião das eleições de 1934, a volta aos governos de alguns Estados das oligarquias e do coronelismo expulsos do poder naquele ano, agora protegidos pela nova legislação eleitoral, e que, no momento, estando em processo de expurgo e organização interna, não tiveram, na ocasião oportuna, força de reação capaz de opor o movimento armado.

No aspecto ideológico, nessa fase de reorganização liberal-democrática, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira avantajaram-se em prestígio até nas classes dominantes, sobretudo, na classe média intelectualizada, de modo a sentir-se a reação da Aliança Liberal ao seu fechamento, em 11 de julho de 1935, e outras congêneres, como a União Feminina do Brasil e a "Aliança Pão, Terra e Liberdade", teria de acontecer cedo ou tarde, ante a evidência que estas instituições políticas tinham conseguido "grande expansão, infiltrando-se, inclusive nas Forças Armadas, nas quais vários jovens oficiais, em geral doutrinados desde os seus tempos acadêmicos, insatisfeitos com os rumos da Revolução de 1930, passaram-se às fileiras vermelhas, atraídos pela personalidade do líder e pelas sub-reptícias fórmulas de renovação política e social, oferecidas nas resoluções do P.C.B." (Hist. do Exército Brasileiro. Vol. 3 — p. 961).

De parte da Ação Integralista, contestadora e inimiga declarada da Aliança Nacional Libertadora, o seu prestígio, na classe da burguesia, atemorizada pelas conquistas do comunismo, foi aproveitado por Getúlio Vargas na reação ao levante comunista de 35 e na preparação do "estado de guerra" (em tempo de paz), sob pretexto de que havia perspectivas de nova revolução comunista e perturbação da ordem, ao mesmo tempo em

que Francisco Negrão de Lima conseguia, de alguns Estados, apoio, sigilosamente, para um novo sistema político, na forma da Constituição elaborada por Francisco Campos, enfeixando nas mãos do Executivo, ou dele, Getúlio Vargas, a maior soma de poderes, liquiidando o Legislativo e mantido, apenas, o Judiciário.

No dia 10 de novembro de 1937, o golpe de estado, com o apoio das forças armadas, foi dado sem contestação de vulto, sem atropelos, com o fechamento da Câmara e do Senado e algumas prisões. O povo, no dizer de João Scantimburgo (Tratado Geral do Brasil), que herdou a ataraxia do jeca-tatu, aceitou o fato como consumado; seu fatalismo e preguiça, sonolência e imprevisão, esterilidade e tristeza, subserviência e hebetamento, não reagiu. Medusado pela apatia, assistiu bestificado aos acontecimentos e esperou melhores dias."

Dessa maneira, acontecia o previsto, após a Revolução de 30 na fase do Governo provisório, na vontade de Osvaldo Aranha e pensamento de Juarez Távora: "A ditadura sem limite fixado, até que todos verifiquem por atos, não por palavras, a regeneração e a reabilitação dos costumes políticos e administrativos".

O golpe, porém, foi uma surpresa para a elite Integralista que esperava ser chamada ao Governo no Estado Novo, pelo menos em consideração ao apoio dado à reação contra a revolução comunista de 1935. E mais ainda ficou frustrada quando, como ocorrera com a Aliança Nacional Libertadora, foi alijada do cenário político com o fechamento de suas sedes em todo o território do País, redundando a que, na noite de 11 de maio de 1938, uma ala mais radical, atacasse o Palácio da Guanabara, sendo prontamente dominada, com muitas perdas de vidas.

A partir daí, até final de 1945, o Brasil vai ser dirigido pela ditadura Getuliana, debaixo "da motivação que o governo lançou ao povo brasileiro: — o nacionalismo econômico. A semente encontrava terreno fértil. Inúmeros setores, principalmente do exército, pleiteavam o controle estatal dos recursos estratégicos e dos serviços essenciais à segurança do País. Renascia o ideal *tenentista* que fizera do nacionalismo uma de suas

mais importantes idealizações" (Hist. do Exército Brasileiro. Tomo III, p. 973).

A feição da organização estatal totalitária, entretanto, liquidou com a esperança de convivência com um Governo legitimamente eleito, de minorias em oposição aos legislativos, e a todos os ideais dos teóricos de outubro de 1930, comprovado, no campo social, — entre 1934 e 1937, — que as realizações foram mesquinhas ante a evidência da falta de funcionamento da Justiça do Trabalho e leis reguladoras dos sindicatos e da vida dos operários, tornadas realidade por Getúlio Vargas depois, e apenas para atrair a massa trabalhadora em ascendência para sua causa, manipulada para respaldo posterior do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

x x x

Desta maneira, de tudo que foi dito, constatamos que, o movimento revolucionário de 30 foi válido se entendidas suas realizações positivas a longo prazo, porque só completou seus programas e metas no lento desenrolar do processo, assim; com a revolução de 32, possibilitou a Constituição classista de 34; com as intencões comunistas de 35 e integralista de 38, motivou a consolidação das velhas tendências ditatoriais, com o Estado Novo, que só explica o seu advento e duração.

Quando surge a terceira República de 46, aqueles outros aspectos negativos da Velha República de 30 e constitucionais de 34 tinham passado, porque ocorrera o advento da sociedade de massa na concentração urbana, permitindo a mudança dos pontos de direção das antigas elites para novas lideranças. O clima político de pressão externa já era outro desde 1945. Após o término da IIª Grande Guerra, tornou-se incontido o sentimento de que o regime ditatorial, instalado no Brasil, perdera as finalidades pela associação doutrinária ao destino inglório dos sistemas arbitrários em decadência na Europa. Os militares que lutaram na Itália, alguns ex-tenentes de 30, já generais, muito embora Getúlio tivesse reorganizado a justiça eleitoral

e marcado eleições gerais, o depuseram. E a 2 de dezembro de 1945, com eleição e posse do general Eurico Gaspar Dutra, outro da escola tenentista que servira ao Estado Novo, a Nação volta a reconstitucionalizar-se.

A partir de 1946, mesmo com os acertos e desacertos dos antigos “tenentes” que vão participar das novas organizações políticas, — cujos exemplos serão imitados pelos saídos da Academia Militar de Agulhas Negras, herdeira de “Realengo” — apesar de novos e difíceis problemas da Nação, o Brasil caminhou desenvolveu-se, avançou com a carranca, firmeza e honestidade do velho general Dutra. Vargas, novamente em 1950. Café Filho, em seguida ao suicídio de Getúlio. Juscelino Kubistchek, para alguns “o grande”, com suas metas de desenvolvimento. Jânio Quadros, em curtíssimo período. João Goulart, por três anos de inquietações e desmantelos. A Revolução de 1964 e Castelo Branco, Costa e Silva e até Médici fizeram “o milagre brasileiro”, por algum tempo. Depois Geisel e João Figueiredo, colhidos na mais terrível e envolvente crise econômica mundial.

Afinal, na apreciação de Abelardo Jurema, testemunha ocular da história que comungamos (O apelido carinhoso de uma grande Revolução. A Tribuna do Norte, 18.10.80. Natal, RN): “numa análise sócio-econômico, política, a Revolução de 1930 tem seus saldos relevantes. Até mesmo no campo institucional com seus hiatos bastante longos, como o Estado Novo e, recentemente, com o “Novo Estado” ... avançamos no tempo e no espaço... 1945 marcou o restabelecimento da democracia, com eleições livres. 1950 trouxe de volta Getúlio. 1954 marcou o suicídio de Vargas. Juscelino reinaugurou a democracia em toda a sua plenitude. Jânio Quadros descarrilou o trem da democracia. Jango o sucedeu na caudal de uma conspiração que se reativou com as mesmas figuras marcantes de 1945 e 54. A longa noite do arbítrio termina com João Baptista Figueiredo.”

Assim, é evidente que 1930 está presente em toda a vida brasileira. Os seus grandes vultos não inscreveram em vão, com sangue, página da história brasileira de exaltação ao sentimento democrático. Campus Universitário — Natal — Outubro de 1980.

O ROMPIMENTO DE FERREIRA CHAVES COM OS MARANHÕES

Itamar de Souza

Por razões que não conhecemos em toda a sua complexidade, logo que assumiu o Governo do Estado, em janeiro de 1914, o Des. Ferreira Chaves começou a dismantelar a estrutura político-administrativa montada por Alberto Maranhão. Parecia que fora eleito pela oposição.

A fim de equilibrar as finanças do Estado e pôr em dia o pagamento dos servidores públicos, cujos vencimentos estavam atrasados, desde agosto de 1913, ele emitiu apólices no valor de 500:000\$000, reduziu o funcionalismo pletórico (civil e militar) e extinguiu vários cargos criados pelo seu antecessor.

Objetivando colocar o direito acima das conveniências partidárias e pretendendo restaurar a liberdade de comércio, ele investiu contra vários amigos e correligionários da oligarquia Maranhão. Assim, no dia 23 de janeiro de 1914, ele suspendeu o contrato celebrado entre o Estado, no Governo Alberto Maranhão, e o pseudo-sindicato dos Salineiros do Rio Grande do Norte, em 10 de agosto de 1912, pelo prazo de vinte anos. Ferreira Chaves considerou este contrato lesivo aos interesses do Estado.

Este ato representou o fim do monopólio do sal, cujo início ocorrera em 1897, justamente no primeiro Governo do Des. Ferreira Chaves. Vale salientar que foi através deste monopólio, tão prolongado, que a oligarquia Maranhão recebia, em troca das empresas salineiras beneficiadas, o apoio financeiro para as suas campanhas políticas. Por conseguinte, desfazer este

monopólio era desferir um golpe mortal contra os seus amigos e correligionários.

Poucos dias depois, através do Decreto nº 12, de 31 de março de 1914, ele derrubou outro monopólio ao rescindir o contrato da carne verde, cujo detentor era o seu compadre, Coronel Francisco Cascudo (Ferreira Chaves era padrinho do Dr. Luís da Câmara Cascudo).

O Decreto nº 12 tinha o seguinte teor:

“O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando do da autorização que lhe concede a lei nº 349, de 2 de dezembro do ano passado, e tendo em vista a representação que por Brasiliano de Goes e outros, lhe foi endereçada, os documentos que a instruem, as informações ministradas pelas Intendências Municipais desta capital e da Vila de São Gonçalo, a informação do Inspetor do Tesouro e parecer do Dr. Consultor Jurídico, e

Considerando que, tendo a lei nº 326, de 26 de novembro de 1912, autorizado o Governo do Estado a entrar em acordo com as Intendências dos municípios de Natal e São Gonçalo para o fim de contratar, com quem melhores vantagens oferecesse, o serviço do matadouro público para abastecimento de carne verde aos mercados da capital, estabeleceu, claro e explícito, o princípio da concorrência pública, princípio que na espécie se traduz e verifica por meio de edital, publicado na imprensa com o prazo nunca inferior a trinta dias;

Considerando que, segundo informa a Secretaria do Governo, o edital, para esse fim expedido, foi apenas em os números trinta e quatro e trinta e cinco de “A República”, de treze e quatorze de fevereiro, do ano passado, jornal em que se estampa a parte oficial do Governo do Estado, não tendo, por essa forma, o mesmo edital a publicidade que a lei recomenda, a praxe sanciona e o próprio edital determina;

Considerando que, assim publicado, somente a cinco de novembro do mesmo ano, se efetuou o contrato, havendo decorrido o lapso de oito meses e vinte e um dias, entre a data daquela publicação e a da celebração do mesmo contrato, o que

anula, por completo, os efeitos do edital, burlando o princípio da concorrência pública;

Considerando que, havendo a citada lei nº 326 autorizado o Executivo Estadual a contratar somente a construção de um matadouro, se verifica, dos termos do contrato, que este compreende também a faculdade, ao contratante cedida, para estabelecer, anexo ao matadouro, uma seção destinada ao beneficiamento e curtume de peles de bovinos, caprinos e lanígeros, gozando de isenção de impostos estaduais e municipais, sobre pessoal, maquinismos, edifícios e produtos, exceto imposto de exportação que pagará com o abatimento de 50% sobre a taxa orçamentária, durante o tempo em que vigorar o Contrato, o que tudo, evidentemente, excede os limites da autorização,

Resolve:

Art. 1º — Fica, nesta data, rescindido o contrato celebrado a 5 de novembro de 1913, pelo Governo do Estado, com Francisco Cascudo, para a construção de um matadouro público nesta capital.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte,
31 de março de 1914, 26º da República.

Joaquim Ferreira Chaves

José Augusto Bezerra de Medeiros

Apesar de não ter gostado da perda deste monopólio, o Cel. Francisco Cascudo rompeu com a oligarquia Maranhão, a quem devia numerosos favores (), e passou a apoiar abertamente, através do seu jornal, "A Imprensa", o Governo do seu compadre Ferreira Chaves.

Para perpetuar a memória de Augusto Severo, que faleceu a 12 de maio de 1902, quando sobrevoava Paris, no seu balão "PAX" Alberto Maranhão baixou a lei nº 175, de 26 de agosto de 1902, determinando que o dia 12 de maio fosse feriado estadual. Pois bem, tentando deslumbrar a memória do pioneiro da aviação, Ferreira Chaves baixou a lei nº 376, de 1º de dezembro de 1914, suprimindo alguns feriados estaduais, entre eles, o 12 de maio.

Apesar destes primeiros atos contra os Maranhões e seus correligionários, o bloco oligárquico continuava politicamente coeso, até porque o facção oposicionista não conseguira ainda se recompor da fracassada campanha de José da Penha.

A eleição federal realizada a 30 de janeiro de 1915 comprova esta coesão. Assim, para preencher as duas vagas, no Senado Federal, foram eleitos, pelo Partido Republicano Federal, o Dr. Antônio José de Melo e Souza e o Sr. João de Lyra Tavares, irmão do ex-governador Augusto Tavares de Lyra. Para a Câmara Federal, foram eleitos os Drs. Juvenal Lamartine de Faria, Alberto Maranhão e José Augusto Bezerra de Medeiros.—

Em setembro de 1916, o Governo Federal baixou um decreto reformando a legislação eleitoral. Pois bem, Ferreira Chaves aproveitou o ensejo para alijar as pretensões políticas dos Maranhões.

Ao regulamentar o serviço eleitoral do Estado, através da lei nº 398, de 24 de novembro de 1916, estabeleceu os seguintes princípios de inelegibilidade:

“Não podem ser votados para o cargo de governador:

- I — O governador que tenha exercido o mandato no período anterior;
- II — Os seus substitutos em exercícios na ocasião da eleição ou até três meses antes;
- III — Os parentes consangüíneos e afins até o terceiro grau, do governador ou substituto em exercício por ocasião da eleição ou até três meses antes”.

(Art. 3º)

Pelo item I, ele impossibilitou a candidatura de Alberto Maranhão no pleito de 1919, se este pretendesse voltar ao Palácio Potengi. E pelo item II, ele inviabilizou a possível candidatura do Dr. Augusto Tavares de Lyra, cunhado de Alberto Maranhão. É importante lembrar que a Constituição Federal, de então, estendia as inelegibilidades somente até o segundo grau de parentesco.

A redação dada ao Art. 5º da referida Lei eliminava pretensões da oligarquia Maranhão ao Congresso Legislativo.

O referido artigo ficou assim definido:

“Não podem ser votados para deputados ao Congresso Legislativo:

- I — O governador;
- II — O chefe de polícia;
- III — Os magistrados vitalícios;
- IV — Os funcionários federais remunerados.

Este item IV tinha endereço certo: O Dr. Paulo Júlio de Albuquerque Maranhão, filho do Dr. Pedro Velho e, portanto, sobrinho de Alberto Maranhão e cunhado de Tavares de Lyra.

Apesar de ter sido o deputado estadual mais votado no pleito de 3 de setembro de 1916, foi para o Rio de Janeiro ser funcionário do Distrito Federal, emprego arranjado por Amaro Cavalcanti a pedido de Tavares de Lyra. Para tornar-se elegível, no Rio Grande do Norte, teria que deixar o emprego e retornar ao Estado.

Com esta legislação em vigor, Ferreira Chaves preparou-se para alijar da política do Estado a oligarquia Maranhão.

Quando chegou o momento do Governador organizar a lista dos candidatos do Partido Republicano Federal ao Congresso Legislativo do Estado nas eleições de 1º de setembro de 1918, ele excluiu o Dr. Paulo Júlio de Albuquerque Maranhão, colocando em seu lugar o Coronel João Juvenal Pedroza Tinoco, candidato à reeleição, um desafeto dos Maranhões.

Esta exclusão foi a gota d'água para consumir o rompimento dos Maranhões com o Des. Ferreira Chaves.

A fim de averiguar as verdadeiras causas desta atitude, o Senador A. Azevedo a pedido de Tavares de Lyra, telegrafou ao Governador Ferreira Chaves pedindo explicações. Eis o telegrama: — “Rio, 31 de agosto — Tendo exclusão do Paulo da chapa estadual causado aqui certa impressão na roda amigos nossos, peço meu querido amigo dizer-me o que há sobre este caso, a fim de evitarmos explorações . . . ” ()

A resposta veio incontinenti dada nos seguintes termos:

“Natal, 1º de setembro — Cordial agradecimento à carinhosa manifestação da sua excelente amizade, que sabe quanto prezo; seu telegrama porém causou-me profunda estupefação. Não poderia supor por fato tão simples e sem significação alguma determinasse movimento no seio dos nossos amigos aí, a ponto de obrigá-lo a telegrafar-me. Paulo foi por meu próprio movimento sem sugestão de alguém, eleito para um biênio, tendo por vantagens pessoais que me alegou deixando de comparecer à segunda sessão, requerendo e conseguindo licença com subsídio, fato único nos anais do Congresso Estado. Deixou de ser novamente incluído porque, exercendo emprego remunerado no Distrito Federal, está incompatibilizado em face da lei estadual, além de que sendo noivo aí, a reeleição só lhe podia trazer incômodos e prejuízos que me pareceu razoável evitar. Não posso atinar qual seja o amigo a quem você se refere. Seja quem for pode tranquilizá-lo afirmando não ter havido nem poderia haver propósito algum de ordem pessoal ou política”. ()

Inconformado com a eliminação do seu cunhado, Paulo Maranhão, Tavares de Lyra selou o seu rompimento com o Des. Ferreira Chaves através de uma “Carta Aberta” aos seus amigos e correligionários, publicada no Rio de Janeiro, a 20 de dezembro de 1918.

Devido à sua importância para a história política do Rio Grande do Norte, resolvemos transcrevê-la na íntegra:

A Resposta do Des. Ferreira Chaves

Diante da repercussão que teve a “Carta Aberta”, divulgada na imprensa carioca e nos meios políticos norte-rio-grandenses, a resposta do Des. Ferreira Chaves veio, de imediato, publicada na imprensa local e, depois, enfeixada numa plaqueta sob a epígrafe: “Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte: Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à Carta Aberta do Dr. Tavares de Lyra. Natal, Tip. Comercial — J. Pinto & C. 1919”.

Este documento é importante para a história do Rio Grande do Norte porque revela alguns aspectos da política oligárquica dos Maranhões.

Chaves inicia revelando o desprezo a que era submetido a Comissão Executiva do Partido Republicano Federal.

Diz ele: "Durante as chefias dos Drs. Pedro Velho e Alberto Maranhão, os correligionários do poderoso núcleo de que até ontem o Sr. Dr. Tavares de Lyra era um dos marechais, só se lembravam de que havia nele uma Comissão Executiva, quando este aparecia assinando as deliberações dos dois chefes. Mesmo os grandes atos, aqueles de cuja deficiência se poderiam esperar modificações reais na estrutura do partido, como a organização de chapas para a eleição de governador e deputados federais e estaduais, obedeciam exclusivamente ao critério dos referidos chefes e do Dr. Tavares de Lyra, acontecendo por diversas vezes que os mais íntimos, não raro diretamente interessados, desconheciam até a última hora o próprio destino". ()

Além de ter conseguido com Ferreira Chaves a reeleição do seu irmão João Lyra, ao Senado, o Dr. Tavares de Lyra queria ser candidato a governo do Estado. Para isto, a imprensa de Ceará-Mirim antecipou-se no lançamento da sua candidatura.

Conta Ferreira Chaves: "... que o *Correio da Semana*, de Ceará-Mirim, de acordo com o Dr. Alberto Maranhão, faltando quase dois anos para o término do atual sextênio, conforme se dizia publicamente, começou a propaganda da candidatura do Sr. Dr. Tavares de Lyra ao cargo de governador do Estado. Esperei que S. Ex.^a mandasse dizer ao órgão do partido que nada tinha a ver com isso, uma vez que o *Correio* era um jornal suspeito; esperei debalde longos meses, até que o mais obstinado silêncio da sua parte e certos fatos prudentes, mas comprobatórios de uma altitude dúbia, deram lugar à isenção de uma nota em "A República", o jornal do partido, lembrando os meus direitos de chefe a quem competia tal iniciativa, quando julgasse oportuno, em companhia e com o apoio dos legítimos representantes da nossa forte agremiação". ()

Adiante, acrescenta Ferreira Chaves: " . . . o Sr. Dr. Tavares de Lyra jamais quis reconhecer a chefia com que me honra permanentemente o partido . . ." ()

Por que, em 1913, o candidato ao Governo do Estado foi Ferreira Chaves e não Tavares de Lyra?

Esta indagação é esclarecida pelo próprio Ferreira Chaves ao revelar declarações confidenciais ao Dr. Tavares de Lyra: . . . " para suceder ao Dr. Alberto Maranhão, " só tínhamos a ele e a mim, parecendo mais conveniente que fosse eu o indicado porque contra ele havia a pecha da chamada oligarquia. ()

Finalmente, termina Ferreira Chaves o seu comentário dizendo: "Fez mal S. Excia. o Sr. Dr. Tavares de Lyra publicando a 'Carta Aberta', que vai ficar na história política do Rio Grande do Norte como um singular atestado de egoísmo e contradição." ()

Os Candidatos

A oposição ao Des. Ferreira Chaves passou a ser feita pelos Srs. Augusto Tavares de Lyra, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, João de Lyra Tavares, Afonso Barata e Georgino Avelino. Segundo o jornal "A República", tratava-se de "quatro parentes e dois estranhos".

É interessante ainda observar que, uma vez consumado este rompimento, quase todos os penhistas que lutaram bravamente para derrubar a oligarquia Maranhão, em 1913, e dele receberam tremendas repressões, ficaram ao lado de Tavares de Lyra e Alberto Maranhão.

Em abril de 1919, ano da sucessão do Des. Ferreira Chaves, os oposicionistas fundaram o jornal "a Opinião", para combater o Governo. Era Diretor e proprietário deste órgão o Sr. Antônio Alves e o gerente era o Coronel Lins Caldas. No subtítulo este jornal se proclamava: "Órgão Político e Independente".

Por sua vez, o partido situacionista contava com o apoio

dos jornais — “A República” e “A Imprensa” —, sendo este último de propriedade do Cel. Francisco Cascudo.

No dia 24 de maio de 1919, o Partido Republicano Federal realizou sua convenção, escolhendo o Dr. Antônio José de Melo e Souza, como candidato ao Governo do Estado, e o Dr. Henrique Castriciano como candidato a Vice-Governador.

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte, de oposição, apresentou os seguintes candidatos para Governador: Dr. João Dionysio Filgueira e Vice-Governador Dr. João Gurgel de Oliveira.

À medida que se aproximava o pleito de 5 de outubro de 1919, os dois grupos, em luta, trocaram violentos insultos revelando, às vezes, episódios do passado político do Rio Grande do Norte, que a maioria da população desconhecia.

A Campanha Sucessória

A partir de junho de 1919, o jornal “A República”, começou a campanha sucessória atacando a honorabilidade dos governos Tavares de Lyra e Alberto Maranhão, publicando desmando de suas administrações.

A primeira acusação foi quando à utilização de máquinas agrícolas do Estado nas propriedades do Dr. Alberto Maranhão e Fabrício Maranhão.

As máquinas e utensílios eram transferidos primeiramente para a fazenda “Jaçanã”, de propriedade do Estado, situada em Ceará-Mirim, e depois transportadas para a fazenda “Califórnia”, de propriedade de Alberto Maranhão, assim como para as propriedades do seu irmão, Fabrício Maranhão, localizadas em Canguaretama. ()

Vale salientar que “A República” publicou uma relação das máquinas e utensílios transferidos para “Jaçanã”, assinada pelo Sr. Theodósio Paiva, Diretor do Almojarifado Geral.

O Dr. Alberto Maranhão defendeu-se destas acusações escrevendo para o jornal “A Opinião” as seguintes considerações

publicadas no dia 1º de julho de 1919 sob o título, "Da Capital Federal" para a "A Opinião": "Nunca eu poderia supor que S. Ex^a, depois de ter me declarado, no dia de sua posse e em presença de minha família, que eu continuaria a governar (palavras textuais de S. Ex^a numa demonstração de gentileza cativante) fosse atender logo depois a insinuações perversas e malsãs de inimigos meus, gratuitos e rancorosos, mandando levantar listas de objetos fornecidos à fazenda "Jaçanã" e ali não encontrados mais...

Após lembrar o que fizera pelo Des. Ferreira Chaves, afirma: . . . "me tivesse pedido explicações do aparente descaminho das tais máquinas da "Jaçanã", não me teria feito a cruel injustiça de supor-me capaz de furtar pequenos utensílios no valor de 5.000\$000 . . ."

A partir de então, o Dr. Alberto Maranhão defendeu-se atacando. Senão vejamos: "Sabe o Dr. Ferreira Chaves que tive de ordenar muitas e muitas despesas de caráter reservado durante os últimos tempos de meu governo . . .

Sabe S. Ex^a que, a pedido do Dr. Eloy de Souza, seu companheiro de viagem na excursão que fez ao sertão, em serviço de sua própria candidatura, foi a despesa de viagem custeada pelo Tesouro. Há recibos de S. Ex^a de quantias que lhe foram dadas para manutenção no Rio de delegados de meu governo ao serviço de autonomia do Estado na época tormentosa da salvação. Como S. Ex^a, outros também receberam recursos do Estado para fins legítimos. Eu não me apropriava de dinheiros públicos. Despendia pelas verbas autorizadas de eventuais, diligências e outras, quantias indispensáveis a garantir a existência no Rio e em outros pontos de amigos do governo, na defesa inteligente do Estado, ameaçado de subversão. S. Ex^a foi um desses dignos auxiliares de meu governo, que pôde, afinal, garantir a ordem no Estado, assegurando a eleição de S. Ex^a. Somente eu não resolvi pedir os recibos de S. Ex^a para o Tesouro, nem exigir demonstrações de despesas de caráter reservado. Muitas destas, como S. Ex^a sabe, foram pagas por correspondentes

particulares meus no Rio e em outros lugares. Para pagar uma parte deste dispêndio, adquiri, sem nova guia de recolhimento, os tais utensílios do Estado não utilizados na fazenda "Jaçanã", por ter sido esta destinada para a construção da Usina de Açúcar, que a guerra dos Balcãs não permitiu depois se fundasse no Ceará-Mirim.

Foi excluída desse recebimento a máquina de farelo a que me referi em outra carta, de custo de 1:017\$500, por ter sido condicional a entrega e foram acrescentados outros objetos, também já não utilizados pelo Estado.

A operação não foi regular, mas posso afirmar que o prejudicado fui eu, visto os tais objetos não valerem mais os preços de aquisição, quando mandei recebê-los. Eu poderia ter mandado pagar, por eventuais, os dinheiros dados ao Dr. Chaves e outros amigos para a defesa legítima do Estado, vendendo depois por qualquer preço os utensílios aludidos, como fez meu ilustre sucessor com a barca "Progresso". . .

Depois desta singela explicação da irregularidade que o Sr. Governador encontrou há 6 anos para fins agora declarados contra mim, pode S. Ex.^a ordenar-me que recolha ao Tesouro os 4:505\$520 da lista de "A República", que tenho sob a vista, mas é justo que o Dr. Ferreira Chaves, que me dá, assim, um prejuízo certo, porque a mim, por sua vez, essa quantia, pois ela faz positivamente parte da que lhe mandei dar no Rio, para fins legítimos, como assim se declara.

Mas, desde que aqueles dois ilustres amigos e auxiliares de ontem mandaram hoje que eu diga para que serviu o produto, aliás acima do justo valor, do ferro velho de "Jaçanã", fui obrigado a recorrer a meu livro de notas e lá encontrei, entre muitos outros pagamentos feitos particularmente por mim, de conta do Estado, os seguintes:

A TEIXEIRA BORGES & CIA. DO RIO:

—	Pago ao Senador Ferreira Chaves em:	
	6 de março de 1912	3:000\$000
	6 de abril de 1912	3:000\$000
	1º de setembro de 1913	1:000\$000
	3 de novembro de 1913	1:000\$000
	9 de dezembro de 1913	150\$000
	<hr/>	
	TOTAL.....	8:150\$000
—	Pago ao Dr. Eloy de Souza em:	
	29 de dezembro de 1900	650\$000
	18 de novembro de 1911	2:000\$000
	21 de julho de 1913	1:000\$000
	08 de agosto de 1913	1:000\$000
	<hr/>	
	TOTAL.....	4:650\$000

Como se vê, somente aí, nessas despesas honestamente realizadas por aqueles dois então eminentes correligionários meus, há sobras para a justificação da entrega dos célebres utensílios. Mas não foram só aquelas as despesas de ordem reservada que tive de realizar, aliás autorizadas e aprovadas pelo Congresso, todas elas tendentes a garantir uma ordem dentro da qual se pudesse realizar a eleição de meu nobre amigo daquele época — o ilustre Dr. Ferreira Chaves.”

O ataque de Alberto Maranhão não parou aí. Sempre através do jornal “A Opinião”, ele acusou de ilegal o Governo do Des. Ferreira Chaves. Argumentava que o Congresso Constituinte, reunido em 25 de março de 1915, determinara que o mandato do Governador não seria mais de seis anos e, sim, de quatro. Por isso, desde 31 de dezembro de 1917 que o Governo do Des. Ferreira Chaves era ilegal perante a jurisprudência do País.

Em defesa da sua tese, o Dr. Alberto Maranhão solicitou

o parecer do Dr. F. Pinto de Abreu, que sustentou este ponto de vista: "Retroagem as leis políticas, porque não conferem a ninguém direitos adquiridos". Inferiu deste argumento que o Governo do Des. Ferreira Chaves era ilegal, a partir de 31 de dezembro de 1917.

Para defender-se de tão grave acusação, o Governador solicitou o parecer do grande jurista, Dr. Clovis Bevilacqua, que foi naturalmente favorável ao Des. Ferreira Chaves.

A partir de então, a campanha foi se radicalizando cada vez mais. Para desmoralizar o Coronel Fabrício Maranhão, Chefe político de Canguaretama e irmão de Alberto Maranhão, o Governador mandou a polícia desarmar seus correligionários mais exaltados.

Enquanto isso, o Governador mandava o jornal "A República", publicar, em setembro de 1919, várias acusações de corrupção praticadas pelo Dr. Alberto Maranhão, quando era Governante.

Começou com "*O caso das casas*". Dizia: "A República" de 24 de setembro de 1919 o seguinte: "O Dr. Alberto Maranhão, antes de assumir o Governo, transmitiu a terceiro a propriedade do prédio que construía no Monte "Petrópolis".

No Governo, S. Ex^a o readquiriu e por preço superior ao da primitiva transmissão para o patrimônio do Estado. Em seguida, comprou também, para o patrimônio do Estado, outro prédio, no mesmo Monte, à respeitável pessoa de sua família. E não satisfeito com essas duas aquisições, fez terceira, comprando a seu cunhado, Major Pio Barreto, a casa deste, sita no mesmo local.

Foi no seu primeiro Governo, de 1900 a 1903, que S. Ex^a construiu o prédio do Monte "Petrópolis" em que, por informações de competentes e de pessoas autenticamente informadas, sabemos que gastou, ou mais acertadamente, gastou-se quantia superior a sessenta contos de réis.

Foi no segundo Governo que construiu o suntuoso prédio do "Tyrol", no qual afirmam ainda os competentes, despendeu-se não menos de 70 contos."

Sob o título — “O Juízo do Dr. Alberto Maranhão”, o mesmo jornal, de 25 de setembro de 1919, fazia a seguinte revelação:

“O Dr. Alberto Maranhão exercia o mandato de Governador do Estado. Possuía, há poucas léguas da capital, uma fazenda onde, ao tempo da “salvação” criara uma Companhia do Batalhão de Segurança, a qual empregava-se exclusivamente no cultivo dos campos do honorado Governador. O salário era o saldo das arcas do Tesouro e era pago aos trabalhadores, isto é, aos soldados pelo administrador da fazenda, nomeado por S. Ex.^a, Alferes em comissão, que deduzia, para si ou para outrem, certa percentagem dos pagamentos que efetuava.

E no meio dos soldados, misturados com eles, com eles confundidos, empregados no mesmo labor, uns tantos réus da polícia, pronunciados em crime inafiançáveis no mesmo município e no município vizinho, todos sob o amparo e proteção do esclarecido, cauto e portentoso Governador!”

Nesta mesma edição, o referido jornal levantava o caso da “SÓIA”.

“O Dr. Alberto Maranhão não deve esquecer o caso da Sóia, a célebre barca adquirida pelo ex-Governador para o serviço de passagem do Potengy, em cujo bojo, segundo uma versão corrente naquela época, viajava dos estaleiros da conhecida firma de Hamburgo para os domínios do Cel. Fabrício Maranhão, na Penha, uma serraria completa, cujo material “marchou” também na isenção de direitos aduaneiros concedida ao Estado pelas leis fiscais”.

Outra pesada acusação que o Des. Ferreira Chaves fez a Alberto Maranhão foi quanto à “FAZENDA MODELO”, em 29 de setembro daquele mesmo ano.

Em matéria intitulada — *O Malfadado Empréstimo*, “A República” publicava o seguinte: “... a 1.^a cláusula do mencionado contrato, que tem a data de abril de 1910 diz o seguinte:

“Os contratantes obrigam-se a estabelecer nas vizinhanças desta capital, *dentro do prazo de dois anos*, a contar desta data, em terrenos apropriados nas várzeas das torrentes periódicas

do Vale do Potengy, um *Campo de Demonstração Agrícola* para o cultivo sistemático e racional da lavoura e sua exploração, . . .”

Este contrato foi assinado, em abril de 1910, com a firma Francisco Solon & Cia. por 900 contos de réis. Nada fez para cumpri-lo. Terminou o Dr. Alberto Maranhão baixando um decreto, em 1912, pelo qual cedeu ao Governo Federal a fazenda Jundiá, onde foi implantado o Campo de Demonstração. Não consta que a firma Francisco Solon & Cia. restituiu o dinheiro aos cofres do Estado.

É importante lembrar que estas e outras acusações foram feitas em 1913, pelo jornal oposicionista, “Diário do Natal”, por ocasião da campanha do Cap. José da Penha. Agora, em 1919, é o próprio órgão oficial do Estado que trouxe à tona estas acusações contra o dr. Alberto Maranhão em obediência às determinações do Governador Ferreira Chaves.

Contra o Dr. Tavares de Lyra, “A República” só destacou a violência do seu Governo, publicando no dia 27 de setembro de 1919, sob a epígrafe “Bondade do Cacete”, a lista das pessoas surradas em Natal, (de 25 de março de 1904 a 5 de novembro de 1906). De acordo com o jornal, a Relação desses “felizardos” era a seguinte: Joaquim Antunes das Mercês, Manoel Luiz, Manoel Fernandes, Júlio de Tal, Joaquim Pinto, João Carneiro, Joaquim Grude, Mário Fernandes, José Engajado, José Matulão, Manoel Remígio, José Guedes, Machadinho, Martinho da Lancha, Georgino Avelino e Nizário Gurgel.

A Vitória do Governo

No dia 5 de outubro de 1919, realizou-se em todo o Estado, o pleito para eleger o Governador, o Vice-Governador e alguns Deputados Estaduais.

Empregando os mesmos métodos que a oligarquia Maranhão utilizara, quando estava no poder, o Des. Ferreira Chaves conseguiu eleger o seu sucessor obtendo uma vitória esmagadora sobre os seus adversários.

Para se ter uma idéia do resultado desta eleição, vejamos a seguir o Quadro Nº

QUADRO N.

Resultado da Eleição para Governador e Vice-Governador realizada em 5 de outubro de 1919.

MUNICÍPIOS	PARA GOVERNADOR		PARA VICE	
	Antônio de Souza	João Filgueira	Henrique Castriciano	João Gurgel
NATAL	561	104	558	104
Mossoró	557	233	557	233
Caicó	338	205	390	223
Assu	336	16	336	16
Ceará-Mirim	296	120	294	119
Canguaretama	114	0	114	0
Acari	223	0	223	0
Santa Cruz	178	37	178	37
Currais Novos	208	0	207	0
Macaíba	185	38	185	38
São José de Mipibu	130	7	130	7
Jardim do Seridó	200	0	200	0
Florânia	245	155	254	155
São Gonçalo	208	39	208	39
Touros	131	0	131	0
Serra Negra	88	0	88	0

Angicos	189	103	183	103
Nísia Floresta	69	0	69	0
Lages	118	32	118	32
Port'Alegre	179	64	179	64
Taipu	90	32	90	32
Pedro Velho	107	24	107	24
Nova Cruz	164	22	164	22
Goianinha	136	70	136	71
Arez	54	0	54	0
Santo Antônio	106	45	106	45
Santana do Matos	261	0	261	0
Macau	158	132	158	132
Augusto Severo	703	0	703	0
Apodi	190	45	190	45
Martins	228	76	228	76
Areia Branca	158	36	141	53
Luiz Gomes	116	0	116	0
Carnaúbas	214	77	214	77
Pau dos Ferros	418	0	418	0
São Miguel	290	0	290	0
Patu	112	40	107	45
TOTAL	8.088	1.752	8.115	1.792

Analisando o resultado final, notamos que os candidatos oposicionistas foram fragorosamente derrotados. Os Drs. João Filgueira e João Gurgel obtiveram apenas 21,66% e 22,08% respectivamente.

Curioso é constatar-se que em doze municípios, ou seja, um terço, a oposição não teve nenhum voto. Isto vem comprovar que o Des. Ferreira Chaves empregou os mesmos mecanismos eleitorais que os Maranhões utilizaram, quando estavam no poder.

Esta derrota selou definitivamente o fim da oligarquia Maranhão, cujo domínio se estendeu de 1890 até este pleito.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ninguém melhor do que Luís da Câmara Cascudo para falar sobre as afinidades do seu pai, Cel. Francisco Cascudo, com os Maranhões: "Criei-me no seio de família pedrovelhista, ouvindo diariamente referências ao passado... Nomeou Pedro Velho a meu pai, em julho de 1892, Alferes do Batalhão de Segurança, promovendo-o a Tenente, em agosto de 1895. Em 1900, meu pai deixou o Batalhão e foi comerciante com fortuna vária, até falecer. Morreu saudoso do Chefe que o chamava meu filho. Frequentara-lhe a residência, ouvira-o conversar horas inteiras, recebia-o em sua casa, desvanecido." — *Vida de Pedro Velho*, Natal, Departamento de Imprensa, 1956, p. 8.
2. Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à "Carta Aberta" do Dr. Tavares de Lyra, Natal, Tipografia Comercial J. Pinto & Cia, 1919, p. 13.
3. Idem — Op. cit. p. 14.

4. Chaves, Ferreira — Op. cit. p. 5.
5. Idem — Op. cit. pp. 10—11.
6. Idem — Op. cit. p. 20.
7. Idem — Op. cit. p. 26.
8. Idem — Op. cit. p. 27.
9. "A República" — "As Máquinas da Fazenda "Jaçanã", 4 de junho de 1919.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ninguém melhor do que Luis da Câmara Cascudo para falar sobre as atividades do seu pai, Cel. Francisco Cascudo, com os Maranhenses. Chama-me no seio de famílias petrovetistas, quando distanciam referências ao passado... Nomeou Pedro Velho o meu pai, em julho de 1892, Alferes do Batalhão de Segurança promovendo-o a Tenente, em agosto de 1895. Em 1900, meu pai deixou o Batalhão e foi comerciante com fortuna variá, até falecer. Morreu saudoso do Chêfe que o chamava meu filho. Frequentara-lhe a residência, ouvira-o conversar horas inteiras, recebido em sua casa, desvanecido... — Vida de Pedro Velho, Natal, Departamento de Imprensa, 1956, p. 8.
2. Comentários do Desembargador Ferreira Chaves à "Carta Aberta" do Dr. Farias de Lya, Natal, Tipografia Comar, 1919, p. 13.
3. Idem — Op. cit. p. 14.

REPENSANDO A HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE: A CULTURA DO ALGODÃO NO RIO GRANDE DO NORTE *

Denise Monteiro Takeya

1. Introdução: tendências da pesquisa em História Econômica do Brasil, no período de 1889—1930.

A economia brasileira na República Velha, como objeto da produção historiográfica, apresenta-se inserida tanto em análises mais abrangentes, que extrapolam 1889—1930, como nas que se referem ao seu próprio período (1).

Tais análises centralizam-se em duas temáticas básicas:

A primeira trata das relações da economia brasileira com a economia mundial, onde o comércio exterior, as finanças e os investimentos estrangeiros são os principais pontos enfocados. Teoricamente, a razão de ser dessa temática está no fato de que a economia brasileira é uma economia de exportação, fundada pela expansão do capital mercantil europeu, e sua evolução é vista dentro do contexto do capitalismo em escala mundial.

A segunda diz respeito ao binômio cafeicultura-industrialização, mais atenta, portanto, às transformações estruturais internas que ocorrem na região Sudeste, especialmente em São Paulo, embora não perca de vista a permanência da condição periférica da economia brasileira como um todo.

Pensado o problema em termos espaciais, ou melhor, ainda em termos regionais, o que se verifica é que a predominância dessas duas temáticas, especialmente da segunda, torna o Sudeste uma região privilegiada pela produção historiográfica sobre a economia brasileira, na República Velha. Pouco ou quase nada se escreve sobre a situação econômica das outras regiões

no mesmo período, Existe aí uma grande lacuna nos estudos de História Econômica.

O caso do Nordeste é, particularmente, interessante, porque, quando se faz presente como tema, revela a persistência de um enfoque: o que analisa a unidade produtiva dos engenhos e usinas. É o Nordeste açucareiro (2).

Dessa forma, a produção historiográfica sobre a economia brasileira, na República Velha, não só favorece o Sudeste, como "locus" de análise, mas ainda, em se tratando do Nordeste, restringe-se àquela produção agrícola e estrutura agrária que representou sua época áurea de sobreposição econômica às demais regiões.

Essa tendência da pesquisa histórica encobre a importância que uma outra cultura teve na estruturação da economia regional — a cultura do algodão.

O Nordeste é uma região que, historicamente, se caracterizou como área algodoeira, além de canavieira. O marco inicial dessa caracterização teve lugar quando ocorreu o primeiro surto exportador do algodão no Brasil, estimulado pela Revolução Industrial Inglesa, na segunda metade do século XVIII. O Nordeste tornou-se então a segunda área produtora/exportadora do País, logo em seguida ao Maranhão.

O segundo surto exportador do algodão para o mercado mundial, na década de 1860, impulsionado pela interrupção das exportações americanas com a Guerra de Secessão, reafirmou uma tendência anterior. Durante longo tempo, até os anos de 1940, o Nordeste permaneceu como área de concentração da cotonicultura frente às demais regiões brasileiras (3).

Dentro do espaço nordestino, o algodão se consolidou como cultura típica daquelas áreas mais secas que são exatamente a maior parte desse mesmo espaço.

Considerando-se que a Zona da Mata, que constitui 18,2% de toda a área nordestina, representava o reduto da cana-de-açúcar e o Agreste e Sertão se configuravam como área por excelência do algodão, temos um quadro em que não só os limites

físico-espaciais de uma e outra cultura são bastante definidos, mas também esses mesmos limites indicam a importância do algodão no quadro da economia regional.

Essa importância ganha relevo na economia do Rio Grande do Norte — um dos estados algodoeiros nordestinos — no período da República Velha, que é aquele que especialmente nos interessa.

2. Açúcar e algodão na economia norte-rio-grandense.

No Rio Grande do Norte, no período que se estendeu entre os anos de 1860, quando ocorreu o segundo surto das exportações de algodão para o mercado mundial, e os anos de 1880, o cultivo da cana-de-açúcar e o do algodão coexistiram com grau de importância diferenciado.

A queda dos preços do algodão a partir de 1872 e a grande seca de 1877, que fez recuar a pecuária como atividade produtiva de vulto, além de atingir também o algodão, favoreceram o cultivo da cana, de forma que este passou a deter a preponderância no quadro econômico do Estado.

Atravessando fase próspera, a exportação de açúcar atingiu seu ápice nos anos de oitenta. A partir daí, ela declinou seguindo uma tendência comum a todo o açúcar brasileiro, no final do século XIX, que enfrentando a concorrência do açúcar de beterraba, nos maiores mercados consumidores — Grã-Bretanha e Estados Unidos — só ganhou novo alento por ocasião da Primeira Grande Guerra.

No Rio Grande do Norte, o número de engenhos em atividade decresceu continuamente e, ao findar a primeira década do século XX, as engenhocas, para a fabricação de aguardente e rapadura, eram em número muito superior aos engenhos para a fabricação de açúcar propriamente dito. Dos dez municípios que compõem a Zona da Mata, três exportavam apenas os subprodutos da cana e aqueles que conseguiam exportar açúcar, exportavam-no do tipo bruto, de baixa qualidade. No sertão,

encontrava-se o cultivo da cana nas cercanias dos acudes, processado em engenhocas; seus subprodutos destinavam-se principalmente ao consumo local e, eventualmente, à exportação para os municípios vizinhos.

O algodão, no Rio Grande do Norte, não seguiu a mesma trajetória que o açúcar, pois, o fim da fase áurea da exportação para o mercado externo da década de 1860 não significou sua estagnação ou retrocesso. Pelo contrário, a partir de 1887, se expandiu o cultivo pelo sertão norte-rio-grandense de uma variedade de algodão característico do Estado: o algodão mocó. Além disso, favorecida pela crise açucareira, a cotonicultura avançou progressivamente sobre a Zona da Mata.

Dessa forma, a partir da década de 1880, enquanto o açúcar decaiu em importância, o algodão se afirmou. Cultura dominante no Agreste e no Sertão e em processo de avanço sobre a Zona da Mata, ele foi progressivamente se impondo, em detrimento do açúcar, como o principal produto agrícola de exportação do Estado (4).

A renda estadual provinha, então, principalmente, dos impostos de exportação. Os dados quantitativos referentes à receita arrecadada pelo Tesouro entre os anos de 1890 a 1930, indicam que, num movimento paralelo à progressão da quantidade e valor do algodão exportado, progrediram também os valores da receita, atestando a importância fundamental que o algodão adquiriu, enquanto produção agrícola para a economia norte-rio-grandense.

Desta forma, a partir da década de 1880, estabeleceu-se a tendência que se confirmaria nos anos posteriores e que definiria os contornos do quadro econômico do Rio Grande do Norte na República Velha, a cotonicultura como mola-mestra da economia norte-rio-grandense, polarizadora das atividades produtivas do Estado.

É no desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional que residem os elementos explicativos para o quadro econômico norte-rio-grandense na República Velha.

3. Algodão e mercado interno.

Alguns dos mais conhecidos e consagrados estudos que envolvem o tema da industrialização brasileira, embora apresentem análises e interpretações divergentes, coincidem em alguns pontos (5).

O primeiro deles é o da delimitação do período que marca o início do processo de crescimento industrial no Brasil. É assim que, os anos de 1880 são apontados como aqueles, a partir dos quais se instala um processo de industrialização.

Um segundo ponto em comum, entre os diferentes estudos, refere-se ao problema da localização espacial dessa industrialização em curso. Imbricado com o setor cafeeiro, o setor industrial desponta e se afirma na região sudeste do País, concentrado sobretudo no Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, nas Minas Gerais e em São Paulo.

O terceiro ponto de convergência das análises é o que diz respeito à importância do setor têxtil, na origem do processo de industrialização no Brasil. A indústria de fiação e tecelagem é apontada como um dos primeiros setores a consolidar-se. Esse setor de vanguarda era aquele que utilizava justamente o algodão, como sua principal matéria-prima industrial.

O algodão nacional, produzido principalmente no Nordeste, fora desalojado gradualmente de sua posição no mercado mundial, pela concorrência de outros produtores, no último quartel do século XIX. A década de 1860 marcara o grande e último surto exportador do algodão brasileiro para o mercado mundial, no largo período que se estendeu até a década de 1930. Durante esses setenta anos, essa exportação nunca cessou de todo, mas era insignificante, no valor total das exportações do País.

A possibilidade de abastecer a indústria têxtil em expansão, no Sudeste do País, significou uma alternativa de mercado para toda a produção algodoeira nordestina e possibilitou a permanência da cotonicultura como setor agrícola de peso na economia dessa região.

A passagem da exportação do algodão nordestino, do mercado externo para o mercado interno, tem sido referida por diferentes autores como Caio Prado Jr., Stanley Stein, Edgar Carone, Wilson Cano e Paul Singer (6). Com exceção deste último, que dedica parte do seu trabalho à análise do desenvolvimento econômico e evolução urbana de uma cidade nordestina — Recife —, nos demais autores, a problemática das relações, entre a cotonicultura do Nordeste e a indústria têxtil nacional, é colocada, via de regra, a partir de uma visão unilateral, ou seja, do ponto de vista dessa industrialização. Novamente aqui, observa-se o favorecimento do Sudeste, em relação aos trabalhos de pesquisa.

No estudo por nós desenvolvido, analisamos a evolução interna da economia norte-rio-grandense a partir dessa problemática. Neste artigo, entretanto, nos restringimos a levantar alguns pontos sobre o significado da expansão da cotonicultura no Rio Grande do Norte.

A partir de 1880, os vínculos que se estabeleciam, entre a produção algodoeira nordestina e a indústria têxtil nacional, foram consolidando-se cada vez mais.

O consumo interno do produto no Brasil chegou mesmo a se fazer em detrimento das exportações para o exterior. Ao findar a primeira década do século XX, a produção pernambucana, por exemplo, já se dirigia, preferencialmente, às fábricas têxteis e de fiação nacionais. Para ser exportado para o mercado mundial, restava apenas o que não tivesse condições de ser consumido internamente.

Os principais países compradores do algodão nacional eram, então, a Grã-Bretanha, Portugal e França. Juntos respondiam pelo consumo de 91% da exportação brasileira, cabendo a esses países, respectivamente, 75%, 14% e 2%.

Quanto aos estados brasileiros produtores/exportadores, sua participação porcentual, no total das exportações do Brasil, era: Pernambuco 40%, Paraíba 26%, Ceará 10%, Piauí 8%, Rio Grande do Norte 8%, Alagoas 7%, cabendo o restante aos demais estados.

No Rio Grande do Norte, as exportações para o exterior, dos principais produtos do Estado — algodão, caroço de algodão e açúcar — destinavam-se à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos.

As vantagens para a economia nacional de processar o algodão internamente, liberando o País de importar tecidos, cuja matéria-prima era produzida aqui mesmo, eram reconhecidas. Mas esteve sempre presente a possibilidade de reconquistar, para o Brasil, uma posição de destaque, entre os países produtores de algodão, para o mercado mundial, através da melhoria da qualidade da produção nacional. Esse ponto de vista foi defendido, por ocasião da Primeira Conferência Algodoeira, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1915, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura.

A possibilidade de aumentar a produção brasileira, com vistas aos consumidores europeus, encontrava respaldo. Com efeito, o aumento da procura de algodão era progressivo no mercado mundial.

A Grã-Bretanha, por exemplo, embora fosse o principal importador do algodão brasileiro, recebia dos Estados Unidos da América 80% do algodão consumido por suas fábricas, no começo do século XX. O restante provinha das Índias Inglesas e do Egito, suas colônias.

Essa dependência foi tanto mais nefasta quanto o desenvolvimento da indústria têxtil americana implicou num consumo, cada vez maior do algodão produzido no próprio País. Isto gerou uma escassez crescente de matéria-prima na Europa.

A qualidade de fibra brasileira, entretanto, impedia que o País respondesse positivamente ao aumento da procura internacional do algodão e desta forma mantinha-se a exportação brasileira para o exterior em índices insignificantes.

Por seu turno, havia uma indústria têxtil nacional, que no seu processo de evolução técnica começara produzindo, basicamente, tecidos de qualidade inferior. A esse tipo de tecidos adequava-se um algodão também de baixa qualidade.

Dessa forma, coexistiam um mercado externo carente de matéria-prima de boa qualidade e um mercado interno igualmente carente, em crescimento e apto a consumir um algodão, cujas técnicas de cultivo e beneficiamento faziam-no de baixa qualidade.

Cabem aqui algumas referências à indústria têxtil algodoeira da própria região Nordeste.

O setor têxtil no Brasil, tendo sido um dos primeiros a desenvolver-se e consolidar-se, se expandiu quase simultaneamente pelas diferentes regiões. Isto significava que por um lado a indústria têxtil de diferentes estados igualavam-se em importância e, por outro, a produção e o consumo estavam restritos, ambos a uma mesma área.

O processo que se iniciou com a concentração industrial no Sudeste alterou esse quadro.

A supremacia dessa região já era indiscutível em 1907, como demonstram os dados do recenseamento industrial desse ano. A área do Rio de Janeiro, incluindo-se aí o Distrito Federal, reunia então o maior número de fábricas e o mais alto valor da produção. Essa preponderância do Rio de Janeiro/Distrito Federal, no que se refere à indústria de fiação e tecelagem, passou a alterar-se paulatinamente entre os anos de 1905 e 1920, quando então, São Paulo se sobrepôs a todos os demais estados. Esse crescimento da indústria têxtil paulista inseria-se num processo mais amplo que era o crescimento de todo o parque industrial de São Paulo, no período referido.

Paralelamente a esse processo de concentração industrial no Sudeste, ocorreu uma diversificação e aperfeiçoamento da produção têxtil que colocou essa região em condição de se lançar na conquista do mercado nacional, concorrendo com a similar inglesa, cujos produtos dominavam aquelas faixas de maior poder aquisitivo do mercado consumidor de tecidos do País.

O progresso técnico e a conquista do mercado nacional, levados a efeito pela indústria têxtil algodoeira do Sudeste,

eram manifestações de sua preponderância frente a das demais regiões brasileiras.

Dentro desse processo da evolução da indústria têxtil algodoeira nacional, o Nordeste entrou em descompasso frente ao Sudeste, embora estas regiões tivessem partido de condições senão idênticas, pelo menos semelhantes. Assim em 1907, havia no Nordeste — aí incluindo-se Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte — um total de 38 fábricas, número que, quase igualava-se ao de Minas Gerais tomada isoladamente, que contava com 36 unidades fabris. O valor total da produção nordestina, nesse ano, foi inferior ao do Estado de São Paulo, também tomado isoladamente, ou seja, 31.015 contra 44.990 mil réis.

No Nordeste, excetuando-se a Bahia, o mais importante centro têxtil era o de Pernambuco. Embora não tivesse um número de fábricas muito maior do que outros estados da mesma região, como Ceará e Alagoas, detinha um valor da produção bastante superior ao dos demais estados nordestinos, e próximo ao da Bahia, segundo os dados da mesma fonte citada. Nos anos de 1890, a indústria têxtil pernambucana tomou grande impulso e Pernambuco deu os primeiros passos no sentido de conquistar o mercado regional, exportando tecidos.

Entretanto, essa expansão teve que enfrentar a concorrência dos tecidos produzidos no Sudeste que, exatamente nesse período, passam a penetrar no mercado nordestino.

No Rio Grande do Norte, a possibilidade de desenvolvimento da indústria têxtil estava sujeita a uma dupla concorrência. Por um lado, havia aquela exercida pelos tecidos importados das fábricas do Sudeste, e, por outro, a concorrência dos tecidos pernambucanos. Neste quadro residem alguns elementos explicativos para o tardio desenvolvimento das fábricas de tecidos no Estado. A primeira indústria têxtil, propriamente dita, não só reunindo um grande número de operários numa mesma fábrica, mas ainda sob a forma de maquinofatura, utilizando a energia a vapor, foi inaugurada em 1888 e fechada em

1925. Durante esse período, ela foi a única fábrica têxtil existente no Estado. A história da industrialização, no Rio Grande do Norte, entretanto, ainda está por ser escrita.

Ao estímulo constituído pelo desenvolvimento da indústria têxtil do Sudeste respondeu a cotonicultura nordestina. Ao findar a primeira década do século XX, a preponderância do mercado interno sobre o externo era um fato inconteste. O consumo interno do produto era crescente e garantia então mercado para quase toda a produção. Entre os anos de 1900 e 1915, o parque têxtil paulista, por exemplo, praticamente triplicou sua importação de algodão, passando de 27.781 toneladas para 63.514 toneladas.

A exportação de algodão pelo Nordeste para os estados do Sudeste fazia parte do chamado comércio de cabotagem, isto é, o comércio marítimo interestadual. A inexistência no Brasil de dados estatísticos regulados e precisos, referentes ao período de 1889 a 1921, sobre esse intercâmbio, dificulta enormemente qualquer pesquisa que envolva esse tema.

O problema é ainda maior, quando se trata de estados nos quais não se faziam registros sistemáticos e criteriosos sobre o movimento de importação e exportação de mercadorias, como é o caso do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, torna-se extremamente difícil discernir com exatidão, dentre o total da exportação anual de algodão desse Estado, qual a parcela que se destinava ao mercado externo e a que se destinava ao mercado interno. Nas exportações nordestino-grandenses havia um agravante: parte do algodão saído com destino a Pernambuco era daí reexportado para o mercado externo.

Apesar disso, e ainda que os dados disponíveis sejam escassos, lacunosos e encontrados de forma dispersa nas fontes existentes, é possível uma visão aproximada da relação entre a exportação de algodão para os portos estrangeiros e para os portos nacionais. Por ela podemos concluir que entre os anos de 1900 e 1920, o algodão saído do Estado com destino a portos

brasileiros foi sempre superior, tanto em quantidade quanto em valor, àquele que se dirigia para o exterior.

O Rio Grande do Norte encontrava-se entre os estados exportadores de algodão para o porto de Santos e para o do Rio de Janeiro, mas a exportação do Estado para este último porto era bem superior àquela para Santos. O algodão pernambucano e o norte-rio-grandense eram os principais abastecedores da indústria têxtil algodoeira localizada no Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em 1907, a importação de algodão do Rio Grande do Norte, pelo porto do Rio de Janeiro, chegou a superar de muito a dos demais estados, alcançando 8.964 toneladas, vindo logo a seguir a de Pernambuco com 2.068 toneladas.

Entretanto, é preciso considerar que, parte desse algodão que dava entrada no porto do Rio de Janeiro, era daí reembarcado pela Estrada de Ferro Central do Brasil, com destino às fábricas paulistas.

A alternativa que se abriu para a cotonicultura nordestina pela expansão do mercado interno, constituído pela indústria têxtil algodoeira nacional gerou vínculos de interdependência entre os dois setores.

Singer considera que para o Nordeste havia por um lado a vantagem de contar com um mercado garantido, “já que as barreiras alfandegárias excluía competidores externos”, por outro lado, segundo o autor, havia a desvantagem “de estar restrito a um mercado muito menos dinâmico que o internacional” (7).

O grau de dependência das fábricas nacionais, em relação à matéria-prima fornecida pelos estados nordestinos, pode ser aquilatada pelas conseqüências da praga e da seca ocorridas em 1914—1915. Nesse período, foram destruídos 2/3 da produção do Nordeste, gerando o fechamento de fábricas por falta de matéria-prima.

Foi nessa oportunidade que os Estados Unidos da América, como grande produtor mundial de algodão, tentaram conquistar o mercado brasileiro. Na Primeira Conferência Algodoeira,

foi denunciada a ameaça da entrada livre do algodão americano e os conseqüentes prejuízos que poderam daí advir sobre a economia nordestina. A tentativa foi frustrada, mas permaneceu a questão de garantia de abastecimento para a indústria têxtil algodoeira do Sudeste.

Foi após essa crise de escassez dos anos de 1914 a 1916, que o Estado de São Paulo deu início a um processo de expansão de sua lavoura algodoeira. O primeiro grande salto da cotonicultura paulista ocorreu após a geada de 1918 que, destruindo cafezais, incentivou a cultura do algodão. A partir de então, e mediante avanços e recuos, a produção paulista cresceu até que nos anos trinta, São Paulo foi alçado à posição de principal produtor do País.

Foi desta forma que, uma vez cortados os laços de dependência da indústria têxtil algodoeira do Sudeste em relação ao Nordeste, “[. . .] este que era um produtor/exportador marginal no mercado internacional, passava agora a sê-lo, também, no mercado nacional”(8). Mas este já é outro capítulo na história das relações inter-regionais no Brasil.

4. Considerações finais.

Durante o espaço de tempo em que a cotonicultura teve, na indústria têxtil algodoeira do Sudeste, um mercado garantido para a sua produção, no Rio Grande do Norte ela foi capaz de provocar mudanças ao nível da produção, da comercialização e do financiamento do conjunto do setor agrícola do estado.

Essas mudanças foram especialmente significativas no âmbito de dois problemas-chave com que se defrontava a cotonicultura norte-rio-grandense: o do êxito da mão-de-obra e do escoamento da produção agrícola. As “soluções” encontradas inseriam-se, também de forma significativa, no quadro da “política federal de obras contra as secas” que exatamente nesse período, da primeira década do século XX, passa a ser sistema-

tizada. Essas, entretanto, são questões que não cabem nos limites deste artigo. Por ora, gostaríamos de tecer algumas considerações em torno do que até aqui foi exposto.

Em primeiro lugar, há que considerar o significado da cotonicultura no quadro das atividades produtivas do Rio Grande do Norte, no decorrer dos anos de 1880 a 1915, quando ela, em expansão contínua, tornou-se a mais importante atividade agrícola, respondendo pela vitalidade da economia do Estado.

Essa constatação indica a necessidade de se repensar a economia nordestina, mais especificamente a história econômica dessa região, ultrapassando uma abordagem tradicional na historiografia brasileira, onde o estudo da história econômica do Nordeste se confunde com o estudo da economia açucareira. Essa abordagem é, certamente, marcada pela importância que a lavoura canavieira teve para o Nordeste, num longo período de tempo — o período colonial brasileiro. O que se observa é que esse enfoque se manifesta ainda, quando se trata de estudar a economia nordestina no período da República Velha.

Qualquer interpretação sobre a história econômica regional do Nordeste, referente ao período 1860 a 1940, que não leve em conta o significado da cotonicultura para a região, necessariamente deve ser considerada como uma interpretação limitada.

É preciso retomar a análise da história econômica regional tentando recuperar o significado do algodão nessa economia de forma a que seja superada a escassez bibliográfica, que atualmente existe sobre o nordeste algodoeiro.

Evidentemente, no trabalho por nós desenvolvido, a análise se refere a um dos estados nordestinos, e não à região como um todo. O desenvolvimento de pesquisas sobre a economia de outros estados do Nordeste, buscando avaliar o significado da cultura do açúcar e do algodão, contribuiria para uma compreensão cada vez mais ampla e profunda sobre a evolução da economia regional nordestina.

Uma outra questão importante é aquela que está relacio-

nada à razão de ser dessa importância da cotonicultura no Rio Grande do Norte, no período em estudo.

A expansão da cultura do algodão só foi possível na medida em que o crescimento do setor industrial têxtil algodoeiro do Sudeste, gerando a necessidade de matéria-prima, tornou viável a constituição de um mercado interno, potencialmente apto a consumir o algodão nordestino e, com ele, o norte-rio-grandense. Assim, a possibilidade de abastecer as fábricas têxteis nacionais constituiu um sucedâneo para a perda da posição do algodão brasileiro, no mercado mundial.

Essa reorientação de mercado era parte de um processo mais amplo que estava se estruturando entre o final do século XIX e o começo do século XX — o da constituição de uma Divisão Intranacional do Trabalho no Brasil (9).

O contexto em que ocorria essa constituição era aquele caracterizado pela emergência e afirmação de um pólo dinâmico no País, que teve sua origem na expansão da cafeicultura no oeste paulista, originando a formação de um núcleo capitalista interno.

Esse quadro encontrou sua correspondência, ao nível político, pela implantação da chamada "política dos governadores", através da qual a burguesia cafeeira paulista consolidou sua hegemonia sobre o conjunto do País.

A "especialização" da agricultura do Rio Grande do Norte na produção do algodão, ocorrendo imbricada ao crescimento e concentração da indústria têxtil no Sudeste, correspondeu ao processo de integração da economia norte-rio-grandense na Divisão Intranacional do Trabalho.

Esse quadro remete à questão da necessidade de se aprofundar o estudo da história econômica do Brasil, sob a ótica das relações inter-regionais, tão pouco utilizada nos trabalhos de pesquisa.

Essas relações se intensificam, precisamente, no processo de instalação da Divisão Intranacional do Trabalho no País. Dessa forma, esse período histórico constitui um "momento" precioso para os estudos de história econômica, porque

nele estão elementos essenciais para a compreensão da problemática da desigualdade regional no Brasil.

- * Este artigo tem por origem parte da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado, sob o título "Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880—1915)", definida na PUC—SP em 1983, e foi publicado na revista Terra e Sal, Mossoró, Fac. de Ciências Econômicas de Mossoró, Ano II, nº 6, setembro de 1984.

NOTAS

- (1) Vejam-se os trabalhos de PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. [s.l.], Brasiliense, 1963; MELLO, J. M. Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Campinas, 1975 (mimeografado); VILLELA, A. e SUZIGAN, W. Política de governo e crescimento da economia brasileira (1889—1945). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973; CARONE, E. A República Velha, Instituições e Classes Sociais (1889—1930). Rio de Janeiro, Difel, 1978; FAUSTO, Boris. Dir. História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, O Brasil Republicano, 1º vol., Estrutura de poder e economia (1889—1930); CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, Difel, 1977; WARREN, Dean. A industrialização de São Paulo, [s.l.], Difel/Edusp, 1971; SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976; STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850—1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- (2) A esse propósito são bastante elucidativos especialmente os trabalhos de QUEIROZ, S. R. Reis de. Historiografia do Nordeste. São Paulo, Secretaria da Cultura/Divisão de Arquivo do Estado, 1979 e LUZ, Nícia Villela. A história

econômica do Brasil no período 1830 a 1930: abordagens e problemas, um ensaio bibliográfico IN PELAÉZ, Carlos M. A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976, pp. 203—212.

- (3) Para uma história da cultura do algodão na região nordeste, veja-se o trabalho clássico de ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no nordeste. São Paulo, Ciências Humanas, 1963.
- (4) Além do algodão e açúcar, os produtos mais importantes dentre os tradicionais na pauta de exportação do Estado eram: o sal, o couro, a borracha e a cera de carnaúba.
- (5) Vejam-se os trabalhos de SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2. ed., São Paulo, Nacional, [s.d.]; SILVA, Sérgio. op. cit.; CANO, Wilson, op. cit. e MELLO, J. M. Cardoso de. op. cit.
- (6) Vejam-se as obras já mencionadas desses autores.
- (7) SINGER, Paul. op. cit., p. 313 e 314.
- (8) CANO, Wilson. op. cit., p. 95.
- (9) O conceito de Divisão Intranacional do Trabalho foi formulado por SINGER, Paul, op. cit.

A CIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE — REFLEXÕES PARA RECONSTRUÇÃO DA UTOPIA —

José Lacerda Alves Felipe

No Brasil, as cidades foram constituídas segundo um padrão litorâneo, não só pela função de áreas repassadoras dos produtos de exportação como também pela divisão social do trabalho, que localizava nessas cidades os aparelhos, que vão atuar na ligação da produção com a circulação internacional das mercadorias, e, também, os aparelhos de Estado — no início do Estado colonial português — e depois do Estado brasileiro.

As cidades exerciam o papel de centros do capital comercial baseados no controle da produção agrícola voltada para exportação. O trabalho escravo negava à cidade o papel de mercado da força de trabalho.

Mesmo assim as cidades desse momento histórico apareciam como lugares privilegiados, pois mesmo a produção ocorrendo no campo o seu controle era feito pela cidade.

As áreas rurais aparecem dessa forma duplamente dominadas; em primeiro lugar, pela metrópole, os países dominantes que compram a sua produção; em segundo lugar, pela cidade que serve de centro intermediário, elo de ligação entre as áreas de produção e os países compradores dessa produção.

A cidade nesse contexto é mais “um lugar de passagem de homens, mercadorias e capitais do que um lugar de produção”(1).

Com a industrialização e os seus momentos históricos mais marcantes representados por 1930, os anos iniciais da década de

* Professor do Departamento de Geografia/UFRN

1940 e o período do governo JK, que é retomado pós-64, a cidade passa a ser a sede do aparelho produtivo, sede da indústria, que exige uma nova urbanização, que antes se resumia a sustentar as funções de circulação e distribuição dos produtos de exportação. Com a industrialização cria-se a necessidade de fortalecimento de um setor terciário, “cuja função é sustentar a expressão urbana dos processos de industrialização” (2).

Com o fim da segunda Guerra Mundial, o capitalismo mundial, representado pelos países imperialistas, perdeu áreas de dominação para a União Soviética como é o caso do leste europeu e perde também o mercado representado pela China, que vive a sua revolução socialista. Nos países da Europa Ocidental, movimentos democráticos obrigam o Estado a assumir em parte a reprodução da força de trabalho através de instrumentos como salário, desemprego, etc.

Todo esse contexto leva o imperialismo capitalista a modificar suas estratégias, que consistia anteriormente no impedimento de industrialização dos países periféricos. Agora os países capitalistas avançados tornam-se o principal agente da industrialização dos países periféricos. É o momento de expansão das multinacionais pelo terceiro mundo.

A chegada dessas empresas estrangeiras no Brasil, que vêm produzir bens industriais, traz dentro de seu novo estilo de organização uma complexa divisão social do trabalho, que fortalece o setor de prestação de serviços dentro das cidades brasileiras (3).

O urbano nesse período é o crescimento das funções do Estado no sentido de oferecer para as massas serviços de transporte, educação e saúde e para garantir ao empresariado industrial quer nacional ou internacional, força de trabalho, certos bens intermediários e matérias-primas que assegurem a produção industrial.

Esse processo de industrialização iniciado em 1930 exige transferências maciças de população das áreas rurais para as cidades, a passagem de uma crescente parcela da população ativa

da agricultura e atividades extrativas para manufatura e serviços mostram que ocorrem em todo esse período transformações substanciais na divisão social do trabalho a ponto da própria atividade industrial ceder lugar para o setor terciário" o que hoje em dia "organiza" a aglomeração urbana é sem dúvida o complexo de serviços que constitui sua razão de ser" (4).

Mas, o urbano hoje é mais do que isso, é a unificação do mercado de trabalho, quer seja urbano ou rural; o trabalhador volante, da construção civil, dos metalúrgicos, o bóia-fria, todos estão na cidade.

Para José Comblin, a cidade brasileira, principalmente as grandes cidades, não é mais "um mundo organizado, um mundo fundado na comunicação e no intercâmbio. As aglomerações atuais não são cidades: são justaposição de indivíduos fora de qualquer forma, sem harmonia, sem anais comunitários" (5).

O urbano hoje é "acumulação e miséria", a cidade é o lugar dos pobres, dos expulsos do campo, que chegam às cidades ávidos por mudança e para reaver a sua mais-valia secularmente roubada.

Na cidade "a favela ou a casa de taipa os acolhe e desempenha o papel mediador entre o campo e a cidade, entre a população agrícola e a indústria; freqüentemente a favela se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e no entanto intensa" (6).

A Cidade no Rio Grande do Norte

O sertão nordestino e norte-rio-grandense em particular foi ocupado, no período de domínio de capitalismo mercantil, por colonizadores que procuravam obter lucros rápidos e que dependiam direta ou indiretamente do mercado externo.

Produziam animais para o trabalho nos engenhos, carne e couro para as áreas açucareiras de Pernambuco e fumaças do litoral baiano, e, posteriormente, algodão para o mercado internacional.

As aglomerações urbanas nascem em função dessas atividades econômicas e são fortalecidas quando do surto algodoeiro que induz o surgimento de atividades industriais de beneficiamento do algodão, e as primeiras descaroçadeiras e prensas de algodão se constituem na primeira unidade fabril das cidades sertanejas.

O urbano no Rio Grande do Norte é um pouco desse urbano brasileiro, com uma agravante de que quando ocorre a deflagração do processo de industrialização no Brasil, a acumulação e centralização do capital começa a exaurir o Nordeste, onde todo o seu sistema urbano é colocado a serviço dessa nova divisão territorial do trabalho, que determina que a "produção nordestina que antes tinha por finalidade o comércio exterior, passe a se dirigir para o centro sul do país e, assim, o nordeste transfere sua posição na divisão internacional do trabalho, para se inserir também como fornecedor de alimentos e matérias-primas, na divisão interregional do trabalho" (7). Além de área consumidora dos produtos industrializados no centro mais dinâmico do capitalismo brasileiro, o que determina golpes profundos na sua economia regional.

As crises sucessivas da agroindústria nordestina e norte-rio-grandense em particular têm seu momento de definições para a economia de algumas cidades do Rio Grande do Norte, na década de 60, quando as algodozeiras, as fábricas de óleo de algodão e oiticica, as fábricas de sabão e as cordoarias entram em processo de falência por conta de uma série de fatores que estão no bojo de uma nova divisão interregional do trabalho, que chega até nós com um nome oficial de integração nacional.

No Rio Grande do Norte, esse processo falimentar e de dificuldades para essas indústrias tradicionais repercute de forma danosa na economia de alguns municípios que sediavam no mínimo uma unidade industrial como é o caso de: João Câmara, Umarizal, Açu, Caraúbas, Caicó, Natal, Parelhas, Nova Cruz, São Miguel, Pau-dos-Ferros, Jardim do Seridó, Santa Cruz, Lajes, Macau, Canguaretama, Patu, Mossoró, Ceará-Mirim, Currais Novos, Angicos e Acari.

Essas unidades industriais, as fábricas e as usinas eram por conta do mercado de trabalho mesmo sazonal, que as mesmas criavam, a expressão urbana da grande maioria desses municípios.

Sem as fábricas e as usinas, alguns desses municípios reduziram as suas sedes municipais, a chamada área urbana, a exercerem funções de dormitórios de desempregados e aposentados; é nesse momento de redefinição dessa divisão territorial do trabalho que uma série de políticas e programas governamentais são dirigidos especificamente para duas cidades do Rio Grande do Norte: Natal e Mossoró. No caso específico de Natal as décadas de 60 e 70 apresentavam o crescimento de todos os indicadores utilizados para medir o desenvolvimento dos centros urbanos nordestinos. Nós diríamos que essas duas décadas prepararam o caminho para as dificuldades e os problemas sociais de Natal e de Mossoró que temos hoje.

O privilégio de Natal na absorção dessas políticas e programas governamentais, que investiam na cidade, diz respeito não apenas por ser Natal o Centro Administrativo do Estado, mas, também, pela massa de salários do funcionalismo público Estadual e Federal e das repartições militares que viabilizaram a construção de inúmeros conjuntos habitacionais para esses segmentos da classe média, dinamizando a indústria da construção civil e elasticendo o mercado de trabalho urbano na área da capital; junta-se a isso as indústrias modernas que se implantaram com base nos incentivos fiscais. "As rendas elevadas e fixas dos servidores públicos e militares dão origem a uma massa salarial de um certo volume cuja participação numa economia local freqüentemente oscilante e incerta é relevante. Até certo ponto essa massa de salário assegura a criação e a manutenção de certas atividades e pode-se afirmar que ela constitui um fator positivo de certo modo espontâneo para o desenvolvimento da economia local" (8).

No caso de Mossoró, os caminhos para a cidade entrar nessa nova base econômica, onde o setor terciário é o

mais dinâmico, foram mais penosos, primeiro por conta do processo migratório intenso para a cidade, que deixa o seu crescimento populacional com taxas acima de 70% ao ano; isso se reflete através da queda da sua taxa de alfabetização, pois na década de 60 aumenta o número de analfabetos da cidade, por conta da chegada de contingentes populacionais advindos das áreas rurais vizinhas ao seu espaço de influência regional. Esse quadro torna-se mais crítico com a queda da oferta de emprego urbano que pode ser compreendida por conta das dificuldades da agroindústria e da mecanização das salinas; esses dois setores da economia eram os que criavam maior número de empregos urbanos em Mossoró.

A cidade chega no início dos anos 70, apresentando um quadro crítico da sua economia, que passa a gerar por conta do desemprego tensões sociais seríssimas, pois além do desemprego ocorrido com o fechamento dos algodoeiros e fábricas de óleos, ocorre o processo de dispensa dos trabalhadores das salinas que estavam modernizando-se com tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Vale salientar que nas salinas de Mossoró, Grossos e Areia Branca, o processo de sazonalidade ocorria apenas que diferente de região salineira de Macau, onde o trabalhador salineiro passava parte do ano no trabalho das salinas e no fim da safra com a chegada das chuvas esses trabalhadores retornavam às áreas rurais de várzea do Açú, cujo vale absorvia muito bem toda essa força de trabalho sazonal.

Na região salineira de Mossoró, Grossos e Areia Branca, o retorno para as áreas rurais ao término da safra do sal era muito menor, o que existia era o trabalhador urbano, morando em Mossoró mesmo o trabalho sendo sazonal. Não é à toa que Mossoró tem bairros cujas origens devem-se a esses trabalhadores, como é o caso de Bom Jardim, Santo Antônio, Barrocas e Baixinha, bairros por demais identificados com o trabalhador salineiro, que fizeram desse pedaço do chão de Mossoró seu espaço de vida e de lutas.

A cidade se insere nessa nova base econômica que a divisão territorial do trabalho impõe com a criação da Universidade Regional, com a ampliação do seu setor de saúde, com a criação da Escola Superior de Agricultura e com a dinamização do setor da construção civil através das políticas do BNH. O seu crescimento industrial foi incipiente se comparado a Natal, mesmo guardando-se as proporcionalidades. O comércio, que exercia até então uma função complementar ao comércio de Fortaleza e Natal, começa a romper essa dependência.

A entrada das duas cidades Natal e Mossoró em algumas programas de investimentos urbanos, como o programa de cidades de médio-porte, criam infra-estrutura que condicionam o surgimento de atividades produtivas, que vão sustentar a expansão urbana dessas duas cidades; o urbano no Rio Grande do Norte é acima de tudo Natal e Mossoró. Mas, Caicó, Macau, Currais Novos, Pau-dos-Ferros, Açu, Eduardo Gomes, João Câmara, Santa Cruz, Nova Cruz, que demonstram crescimento significativo das suas áreas urbanas, conseqüentemente apresentam problemas sociais como desemprego, subemprego, analfabetismo, violência, problema da moradia onde ficam nesse chamado mundo urbano norte-rio-grandense.

E o restante dos municípios Estaduais, mesmo aqueles que apresentam o Censo de 1980 uma população municipal menor do que a apresentada no censo de 1970, mas que apresentam todos eles um crescimento significativo de sua população urbana, no momento que as áreas rurais se esvaziam mais aumentam a população das sedes municipais.

A Democracia e o Exercício da Utopia

Como pensar, sugerir para esse mundo urbano que é rural, expulso do campo, pelas desarticulações criadas na economia agrária, por esse modelo de economia que concentra homens e capitais em determinadas porções do território.

A que custos Estados como o Rio Grande do Norte vão cumprir essa nova função imposta pela crise do capitalismo brasileiro de absorver o seu excedente de força de trabalho sempre induzindo a se reproduzir, para satisfazer as exigências das áreas de expansão do capitalismo?

Expansão substituída hoje pela redução das atividades econômicas, que a crise atual parece perpetuar.

Como elaborar políticas e ações para serem executadas na cidade, se a mesma é administrada hoje por um poder distante, onde os prefeitos dependem de repasses de verbas do fundo de participação dos municípios e de projetos e obras municipais que não se coadunam com as necessidades reais da sociedade local.

Como elaborar programas de melhoria de vida para as massas de desempregados das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, se os conflitos sociais não são solucionados, não são resolvidos, mas, meramente manipulados e absorvidos e os seus acúmulos aparecem sob a forma da explosão da violência, do desemprego, da subnutrição, da desumanização do homem.

Como planejar a utopia, a cidade como "projeção de uma sociedade sobre um local", onde o lugar de encontro, a esquina da rua, a calçada do vizinho, não seja o lugar do assalto, da insegurança, da bala perdida.

Como planejar uma sociedade mais justa, sem o povo participando e tecendo na participação o seu destino, os seus caminhos e descaminhos, onde as reivindicações tenham como interlocutor o próprio povo organizado nos conselhos comunitários, nos conselhos de bairros, nas associações de ruas e não através de aparelho político das classes dominantes.

A utopia de bom lugar só é possível ser sonhada com o povo da cidade ou do campo, redefinindo o seu projeto político, o seu projeto de vida.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

01. SANTOS, Milton — A Urbanização Desigual: A Especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos — pág. 94 — Ed. Vozes, Petrópolis — 1980.
02. OLIVEIRA, Francisco — O Terciário e a Divisão Social do Trabalho, In Estudos CEBRAP n. 24 — pág. 148 — Ed. Vozes — Petrópolis.
03. OLIVEIRA, Francisco — O Estado e o Urbano no Brasil — In Revista ESPAÇO E DEBATES, n. 6 — São Paulo — 1982
04. SINGER, Paul — A Economia dos Serviços — In Estudos CEBRAP n. 24 — pág. 129 — Ed. Vozes — Petrópolis.
05. COMBLIN, José — Evolução da Pastoral Urbana — In Revista Pastoral Urbana — Edições Paulinas — São Paulo — 1980.
06. LEFEBVRE, Henri — O Direito à Cidade — pág. 73 — Ed. Documentos Ltda. — São Paulo — 1978.
07. COSTA, Edna Maranhão Pessoa da — Expansão e Organização Espacial — Uma área litorânea na Região metropolitana do Recife — Tese de Mestrado — Apresentada no Mestrado de Geografia da UFPE. pág. 49 — Recife — 1980.
08. SANTOS, Milton — Manual de Geografia Urbana — Ed. HUCITEC — São Paulo — 1981

QUAL O SIGNIFICADO DAS INSCRIÇÕES RUPESTRES ?

Alberto Pinheiro de Medeiros

Vinte e seis de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, estamos com alguns alunos do curso de História — Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Fazenda Flores, município de Angicos, Rio Grande do Norte.

Na nossa frente, uma rocha larga na base e que vai se estreitando à medida que se ergue em direção ao céu. Na parte inferior, mãos desenhadas, de maneira grosseira, escavadas na rocha. Próximo dessas mãos e subindo, pares de mãos pintadas com perfeição. Na base dessa rocha, como que formando um piso, centenas de inscrições incisas, pontos, círculos, traços, etc.

Vinte e sete de outubro de 1977, Fazenda Soledade, Município de Apodi, Rio Grande do Norte, ao lado dos nossos alunos, estamos em uma caverna de formação calcárea (Jandaíra) e que, segundo nosso informante, se estende por uma extensão de oito quilômetros.

Aqui, um quadro bem diferente do que acabamos de citar. A caverna possui várias reentrâncias, como se fossem diversas cavernas menores encaixadas numa maior. Nessas reentrâncias é justamente onde se encontram os painéis, sendo que na parte superior encontramos pinturas, figuras que se assemelham a aves, lagartos, setas e círculos concêntricos, traços, pontos dentro de "cartuchos", etc. e, na parte inferior, diversos traços incisos. Encontramos, ainda, grandes mãos pintadas, dando a impressão de que foram pintadas, simplesmente, arrasando as mãos pelas paredes das cavernas. Vimos, igualmente, pontos dentro de "cartuchos".

Vinte e um de outubro de 1978, Sete Cidades, município de Piracuruca, Piauí, são painéis situados em várias rochas, algu-

mas com denominações próprias como, por exemplo, "Abrigo do Americano".

Segundo o geólogo Fernando Parentes Fortes (Transcrito do Projeto Sete Cidades, 1977, convênio: FUFPI, IBDF e Projeto Rondon) as Sete Cidades "constituem uma área situada sobre uma formação de arenitos impuros, laminados e maciços, modelados, principalmente, pela erosão pluvial e, secundariamente, pela erosão eólica, causada pelos ventos carregados de partículas sólidas e arrancadas do solo pelo movimento de turbilhamento".

Constatamos que certos desenhos e figuras eram idênticos aos que se encontravam em determinados sítios do Rio Grande do Norte. A cor avermelhada e a mesma técnica. Exemplos: Figuras semelhantes a lagartos, pontos dentro de "cartuchos", círculos concêntricos, a presença de mãos, traços, etc.

Dez de janeiro de 1979, Fazenda Umburana, região do Abernal, município de Serra Negra, RN.

Segundo o professor José Lacerda Alves Felipe, "os lajedos, onde se encontram as inscrições rupestres, são blocos de granito cortados pelo riacho do Abernal. Esses blocos graníticos fazem parte de uma unidade fisiográfica já bastante desgastada, chamados na região de serrote do Abernal, Mãe Luzia e Pitombas".

A pesquisa foi feita em conjunto, com estudantes universitários de Caicó e de Natal. Participaram, ainda, os professores José Lacerda Alves Felipe e Maria das Dôres Medeiros.

Neste sítio, todas as inscrições são incisas. E se estendem por três legados que ficam do lado direito do riacho do Pitomba. Os gravados são em grande número e apresentam desenhos e figuras comuns a outros sítios: círculos concêntricos, conjunto de círculos unidos por um longo traço, contos, etc.

Vinte e dois de junho de 1980, Fazenda Pinturas, Santana do Matos, RN. O sítio é constituído por blocos de rochas graníticas. Próximo dessas rochas, um rio e um açude. Existem dois blocos de rochas principais: um, que fica em frente ao rio, com incisos e outro, com pinturas, de cor vermelha. Nesta se sobressai

uma figura humana de grande dimensão, de braços erguidos. Encontramos, igualmente, uma figura semelhante a um lagarto, na mesma posição. E, ainda, a presença de mãos. Os alunos encontraram, do outro lado da barragem do açude, "pinturas de cor azulada e de difícil decifração".

Podemos fazer, agora, algumas constatações, pelo menos, com relação aos sítios acima relacionados.

Primeiro: existem inscrições incisas e pintadas.

Segundo: alguns desenhos e figuras aparecem em todos os sítios citados, como, por exemplo: pontos, círculos concêntricos, mãos.

Terceiro: alguns sítios apresentam, apenas, incisos (Fazenda Umburana, Serra Negra, RN) e outros, exclusivamente desenhos, sinais e figuras pintadas (Sete Cidades, Piracuruca, Piauí) e, finalmente, mistos (Fazenda Flores, Angicos, RN — Fazenda Soledade, Apodi, RN — Fazenda Pinturas, Santana do Matos, RN).

Quarto: nos sítios mistos, os incisos não se misturam com as pinturas. Em Soledade, as pinturas se encontram na parte superior e os incisos na parte inferior. Em Flores, na rocha onde estão as mãos pintadas, existem, igualmente, incisos. As mãos incisas, contudo, são grosseiramente escavadas na rocha e estão praticamente desaparecendo. Ao contrário das mãos pintadas, de um vermelho muito vivo e quase perfeitas. Esse contraste poderia indicar dois estágios culturais distintos: no primeiro os autores desconheciam a técnica da pintura. Ao possuir essa técnica, por algum motivo especial, pintaram única e exclusivamente mãos, continuando, entretanto, a fazer desenhos incisos. As mãos, portanto, tinham um significado especial para aquele povo.

Partindo dessas constatações, poderemos elaborar algumas hipóteses, a nível provisório, carentes, todas elas, de uma maior fundamentação científica. Poderão, entretanto, se constituir em pistas para futuros pesquisadores.

Os sítios aqui relacionados poderiam fazer parte de, senão de uma cultura única, pelo menos, de culturas aparentes.

A origem poderia ter sido de um núcleo comum. A etnia portadora dessa cultura se espalhou por diversas partes do Norte e Nordeste do País, tendo alguns grupos se fixado em regiões diferentes e, a partir desse momento, provocando, assim, um desenvolvimento independente e autônomo. A região também pode ter sofrido invasões de povos, em épocas diferentes, tal qual ocorreu no planalto mexicano: Olmecas, Toltecas e Astecas.

Essas culturas, contudo, não podem ser muito adiantadas. Caso contrário, não teriam deixado como vestígios de suas presenças, somente, as inscrições rupestres e peças líticas, ou, então, exclusivamente inscrições rupestres.

Não podemos esquecer das pesquisas da arqueóloga Maria da Conceição Beltrão, no sítio Alice Boer, Rio Claro, São Paulo. Naquele sítio, foram encontrados vestígios da presença humana, cerca de 40.000 anos. Com base nesses achados e em outros sítios arqueológicos (Gruta de Pikimachay, Peru e Lewisville, Texas, EUA), a Pré-História Americana, certamente, deve ser reescrita. Considerando que as datas mais avançadas, até hoje, para a primeira ocupação humana, na América, ainda se encontram em debate. Podemos afirmar que constituem uma controvérsia, atualmente, não solucionada. Betty J. Meggers, no seu livro América Pré-Histórica (Paz e Terra, 1979, p. 23), afirma o seguinte: "Um dos temas mais controvertidos na arqueologia do Novo Mundo é o início do povoamento (...). As discordâncias surgem das informações esporádicas inconclusivas da presença do homem no Novo Mundo entre 40.000 e 12.000 anos passados, datação que algumas autoridades aceitam e outras não".

O problema da cronologia das inscrições rupestres é, na realidade, muito mais complexo do que o da origem do homem americano. Os autores das inscrições rupestres não poderiam estar incluídos entre os primeiros povoadores, certamente, primitivos suficientes para não gravarem em rochas os sinais de suas presenças. Fazer uma escavação próximo do painel, datar os artefatos e, em seguida, concluir que os desenhos ou pinturas pertencem à mesma época e, portanto, à mesma cultura, é, sem dúvida,

muito perigoso. Para tal correlação ser tida como exata, seria necessário que existissem vestígios do material utilizado para a confecção das pinturas. Como aconteceu nas escavações feitas pela missão franco-brasileira, na região de São Raimundo Nonato, Piauí, em 1978. Relatando o trabalho dessa missão, disse Niéde Guidon: "A amostra datada em Gif - sur - Ivette provém de um pequeno fogão, encontrado a uma profundidade de 2,10 metros do ponto zero do sítio. Na mesma camada foram encontrados restos dos pigmentos utilizados nas pinturas e pedras decompostas, provavelmente pela ação do calor". (Relatório dos "Resultados das datações pelo método carbono - 14 das amostras provenientes dos artigos pintados, escavados na região de São Raimundo Nonato, em 1978, pela Missão franco-brasileira, p. 2). E mais adiante: "Os carvões datados foram encontrados em um fogão. No mesmo solo encontramos manchas do ocre utilizado para realizar as pinturas". (Documento anteriormente citado, p. 3). As datas, para aquela região, variam de 8.000 a 12.000 anos.

Sendo difícil estabelecer uma cronologia, mais problemático seria determinar, com segurança, de maneira insofismável e definitiva, os autores das inscrições rupestres. Teorias, as mais ousadas, certamente, não faltam. A maioria delas, infelizmente, com base muito mais na imaginação do que em elementos concretos. Como acreditar, por exemplo, que foram habitantes extraterrestres que fizeram as gravuras, sinais e pinturas, nas rochas, por esse mundo de Deus ? Uma teoria, neste nível, serve, somente, para desacreditar estudos mais sérios. Não é com sensacionalismo que se faz ciência...

Mesmo as teorias mais racionais não resistem a uma crítica mais severa. É comum apontar os "indígenas" como únicos e exclusivos autores das inscrições rupestres. O aborígene sendo o dono da terra, nada mais natural que fosse o autor das pinturas e dos gravados. Ocorre, entretanto, que o problema é um pouquinho mais complexo. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer o que se compreende por gentio. Seriam todos os povos que habitaram o

Brasil antes de Cabral ? Seguindo este raciocínio, forçosamente, as inscrições rupestres teriam sido feitas por populações "indígenas" . . .

Os silvícolas antes da época da descoberta pintavam o corpo, a cerâmica, etc. Mas, ao que parece, pelo menos com relação aos nativos do Rio Grande do Norte, não praticavam qualquer tipo de arte ou escrita rupestre. Júlio Cezar Melati, no seu livro *Índios do Brasil*, (Hucitec / INL / MEC, 1980, p. 174) disse o seguinte: "O desenho e a pintura das diversas tribos não são, geralmente, atividades independentes de outras formas de arte. Estão ligados à cerâmica, à cestaria, ou à ornamentação do corpo". Nenhuma referência a qualquer tipo de registro nas rochas. Darcy Ribeiro no seu livro sobre os Kadiwéu, igualmente, não comenta sobre a prática de arte rupestre entre aqueles indígenas: "Com estas pinturas embelezam os corpos dos jovens, os objetos de uso, desde as esteiras e couros em que dormem e com quem arreiam seus cavalos e bois, até os pequenos abanos de palha, emprestando-lhes uma característica tribal inconfundível" (Kadiwéu, Vozes, 1980, p. 269). Os kadiwéu desconheciam as inscrições rupestres. Não deixaram, como legado para as futuras gerações, nenhum registro em rochas.

O testemunho de diversos cronistas e viajantes que passaram pelo Brasil na época colonial, como, por exemplo, o de Hans Staden, que viveu algum tempo prisioneiro entre os Tupinambás, é de total silêncio sobre qualquer atividade dos nativos em gravar sinais ou pintar em rochas.

É evidente que os índios Wayâna-Aparaí, do grupo lingüístico Karib, habitantes atuais da região do alto e médio Peru de Leste possuem representações gráficas relacionadas com sua língua.

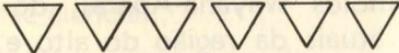
De imediato, apressadamente, poderia se concluir que estaria, neste fato, a prova de que as inscrições rupestres teriam sido obras de populações recentes. A primeira coisa a se destacar, contudo, é o seguinte: esses desenhos são feitos em cerâmica, madeira, cestos, cintos e no corpo humano. Não se registra,

naqueles silvícolas, a prática de fazer gravados ou pinturas em rochas.

É, contudo, importante. Sim. Por uma razão: as representações gráficas estão relacionadas com sua mitologia. Lucia Hussak Van Velthem, escrevendo sobre o problema, disse: "Certas representações gráficas dos Wayâna-Aparaí, ao nível de sua tecnologia, apresentam figuras colhidas da narrativa mítica, num constante processo de atualização, e uma forma de tornar real seres não reais, num mesmo universo de percepção, destinado a conjugar a representação gráfica e a informação verbal" (Representações Gráficas Wayâna-Aparaí, in Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, n. 64, p. 2).

O que se deve fazer, portanto, é o seguinte: comparar os símbolos gráficos da língua falada pelos Wayâna-Aparaí e demais ramos do grupo lingüístico Karib, com os gravados e pinturas rupestres. Pode ser, não há dúvida, um ponto de partida.

Jasco Von Puttkamer estuda os índios Txicao, Keen Akorare e Cintas Largas. "Descobriu uma série de cavernas ainda não vistas pelo homem branco, nas paredes das quais, existem inúmeras gravações, semelhantes a outras encontradas no interior Mato-grossense. Da sua amizade com os índios da região, ainda não pacificados, obteve algumas explicações dos símbolos, os quais, decalcou cuidadosamente e que transcrevemos a seguir:"

- "  Mulher"
- "  Mulher - Chefe"
- "  Muitas mulheres"
- "  Umbigo ou Sol"
- "  Umbigo ou Sol"
- "  Casa das Flautas"

"Alguns dos sinais, entretanto, não foram explicados pelos índios".

Ocorre, de imediato, uma pergunta:

— Como se justifica que sendo autores dos referidos desenhos, não saibam explicar o significado de alguns desses desenhos ?

É estranho, muito estranho. A não ser que, lógico, esses nativos não sejam os criadores dessa escrita. Mas, apenas, herdeiros. Não tiveram nenhum empenho para manter o referido sistema de escrita. Pode, igualmente, ter ocorrido um processo de decadência, ou, então, por um outro motivo desconhecido.

A verdade, infelizmente, é que dispomos de poucos dados, elementos para uma análise mais profunda.

Podemos, entretanto, com base no artigo de Lucia Hussak Van Velthem e na notícia publicada no Boletim Informativo do Centro de Informação Arqueológica, concluir que, pelo menos, é provável que alguns povos primitivos brasileiros podem ter mantido um sistema rudimentar de escrita através dos tempos, até o presente ou, ainda, até a época da descoberta do Brasil.

O que não se pode, naturalmente, é generalizar.

Não podemos esquecer o grito de alerta da professora Luciana Pallestrini: “ — Por que não poderiam ser tais obras manifestações artísticas de culturas não só inexistentes atualmente, como também cujo relato histórico já se tornou impossível?” (“ Arqueologia Brasileira” in “A procura dos Mundos Perdidos” de Henry-Paul Eydoux, Edições Melhoramentos/Universidade de São Paulo, 1973, p. 283).

O historiador Tarcísio da Natividade Medeiros realizou pesquisas sobre a pré-história norte-rio-grandense. Chegou a conclusão de que a população indígena que habitou o Rio Grande do Norte (Potiguares e Cariris) não possuiu nenhum sistema de escrita ou qualquer atividade relacionada com as inscrições rupestres

Outro aspecto a se destacar é que certos sinais podem representar numerais e, portanto, pertencer a um sistema de numeração. Sendo assim, podemos encontrar, no mesmo painel, símbolos numéricos e “palavras”.

Em alguns painéis, por exemplo, encontramos pontos e, as vezes, traços.

Os maias usaram o ponto como unidade e a barra com o valor cinco

Não podemos afirmar, agora, que os nossos antepassados agiram exatamente como os maias. Mas, de qualquer maneira, é um dado para se refletir, sobretudo, quando sabemos que certos traços desenhados ou pintados na posição vertical dão, justamente, uma idéia de que foram agrupados para somar. Acrescenta-se, ainda, o seguinte: na Suméria, a escrita surge da necessidade de se exercer a contabilidade dos templos, como narra Gordon Childe: "O ministro do deus devia registrar quantos jarrões de semente e de que qualidade havia emprestado, quantas ovelhas e de que raças havia confiado a um pastor. E as transações deviam ser registradas de forma que toda a corporação, e não apenas um sacerdote pudesse entender o registro e assegurar a satisfação dos compromissos para com o deus. Numa palavra, a escrita, como um sistema socialmente reconhecido de registro, era essencial para uma contabilidade satisfatória do templo." (A Evolução Cultural do Homem, Zahar Editores, 2ª edição, 1971, p. 177). E mais adiante: "Na argila, os sacerdotes traçavam caracteres e também números. Os primeiros são, principalmente, figuras em notação taquigráfica — um jarro, uma cabeça de touro, dois triângulos, etc. A escrita é, por isso, denominada pictográfica" (Idem, idem, p. 177/178).

Na origem da escrita sumeriana, vamos encontrar quatro elementos juntos: sacerdotes, caracteres, números. Num mesmo sítio de inscrições rupestres podemos, pois, encontrar caracteres, ou seja, em outras palavras, escrita e números. Seria, assim, perigoso afirmar que em determinados painéis encontraríamos unicamente escrita, exclusivamente numeração, unicamente símbolos de caráter mágico-religioso, somente painéis de arte.

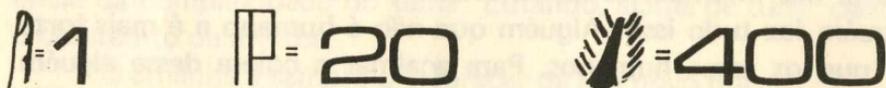
Nos primórdios, o homem pretendia, antes de tudo, sobreviver e para sobreviver ele teria que se comunicar. Para combater os inimigos comuns. Inicialmente buscava-se comunicar através

do desenho e da pintura, ou seja, reproduzir o que via. Constituindo, assim, o primeiro estágio da escrita. As letras são, indiscutivelmente, desenhos.

Cordova Iturburu falando sobre a escrita asteca, disse: "Era un sistema consistente en la representación de objetos materiales cuya colocación en uno u otro sentido, la acentuación o deformación de ciertas partes y los colores con que estaban realizados, determinaban su significación. La serpiente, por ejemplo, aludía al tiempo; una lengua, quería decir conversación; un pie significaba un viaje; un hombre sentado, un terremoto. Algunos historiadores aseguran que los sacerdotes utilizaban caracteres simbólicos secretos cuyo significado sólo ellos conocían y con los que representaban los misterios de la religión." (La Civilización Azteca, Editorial Atlantida S.A., Buenos Aires, 1951, p. 55).

É a chamada "escrita pintada". "Uma coisa que deve chamar a nossa atenção: a escrita está ligada, como na Suméria, aos sacerdotes. A escrita era aprendida nas escolas sacerdotais.

Os numerais astecas eram representados, igualmente, por desenhos:



(Ing. Hector M. Calderon, "La Ciencia Matemática de los Mayas, Editorial Orion, México, D.F., 1966)

No México vamos encontrar, também, quatro elementos juntos: sacerdotes, caracteres, números.

Estamos chamando atenção para este aspecto para mostrar que, com as inscrições rupestres podem ter ocorrido o mesmo processo. Os sacerdotes podem ter sido os autores das inscrições rupestres e por esta razão alguns caracteres podem possuir um simbolismo religioso.

Uma coisa, portanto, parece certa: a correlação existente entre a religião, preocupação com o sobrenatural e a origem da

escrita. Richard E. Leakey falando sobre a linguagem e arte pré-histórica, disse: "O mais antigo objeto esculpido descoberto e datado até agora nos leva de volta há uns incríveis 300 mil anos, ao sítio Pech de L'Azé, na França. Foi ali que, em 1969, François Bordes descobriu uma costela de boi que fora gravada com uma série de arcos duplos. (...) As amostras de ocre que aparecem em diversos sítios da Europa de 200 mil anos, ou mais idade, certamente, sugerem ornamentação ritual das pessoas e dos artefatos. Ritual e simbolismo aludem francamente à competência lingüística" (A evolução da Humanidade, Melhoramento / Círculo do Livro / Editora Universidade de Brasília, p. 138/139).

Outra conclusão: dificilmente os autores das inscrições rupestres produziram uma arte para deleite espiritual. O homem primitivo, na nossa opinião, não produzia desenhos e pinturas com o objetivo de expressar o belo. É profundamente prático. Quando sente fome, sai a procura de alimento. Precisa fabricar armas para abater animais de grande porte, e, ainda, seus inimigos ou rivais humanos. Luta, constantemente, pela sobrevivência. Descansa. Ama. Dorme. Sente — se fraco e impotente diante das intempéries da natureza. Ver o raio e ouve o trovão. Alguém faz tudo isso. Alguém que não é humano e é mais forte do que os seres humanos. Para acalmar a cólera desse alguém tão poderoso, pratica uma série de rituais. Nasce, assim, a idéia de Deus. O culto. A religião.

Podemos, agora, tirar mais uma conclusão: a escrita foi criada, inventada, várias vezes, em épocas diferentes e em lugares diversos. Uma dessas regiões poderia ter sido o Nordeste brasileiro. As inscrições rupestres representariam, pelo menos, no Nordeste, um determinado estágio de desenvolvimento de um ou vários sistemas de escritas, cujas culturas, por motivos ignorados, desapareceram bem antes da ocupação daquela região por povos da época moderna. Podemos concluir, ainda, que tais sistemas de escritas estariam ligadas, possivelmente, a rituais religiosos.

É bem provável que os sistemas de escritas utilizados pelos

autores das inscrições rupestres corresponderiam ao conceito de Imbelloni: "Estamos todos convencidos de que os povos da América providos de determinado caráter, foram possuidores — ao lado da grande maioria dos povos cultos do mundo — de sistemas de escritas, no sentido próprio do termo, sentido que não coincide com aquele da nossa linguagem comum, nem do dicionário, pois corresponde indistintamente a todos os meios de que vale o homem para registrar e comunicar seus pensamentos". (Citado por Ondemar Dias no artigo "As Inscrições e as Pinturas Pré-Históricas no Brasil" in Boletim do Serviço de Museus, Ano II, n. 3, 1969, p. 7 a 16).

Estas, as nossas reflexões sobre as inscrições rupestres, com base nas nossas pesquisas de campo e nas nossas leituras. A resposta sobre o verdadeiro significado das inscrições rupestres.

Continuaremos, entretanto, pesquisando.

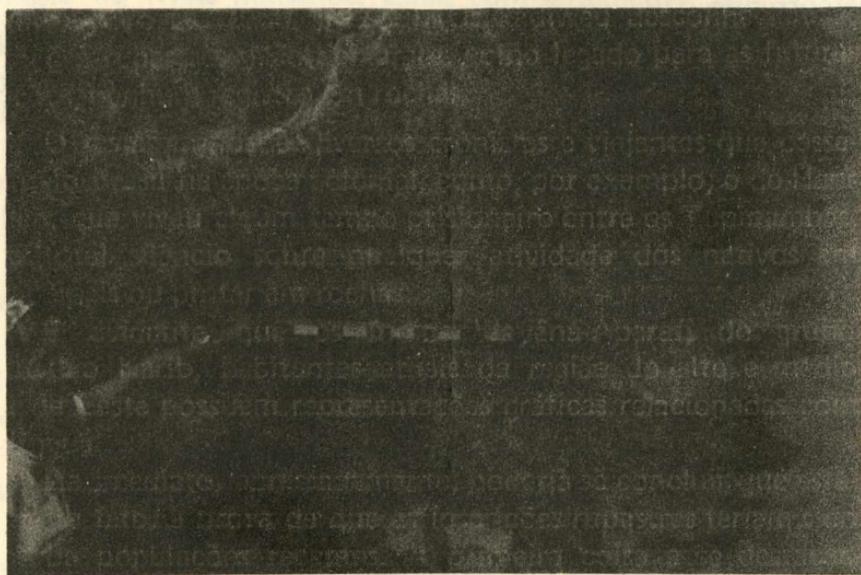
Num futuro próximo, esperamos fundamentar melhor nossa opinião ou, então, à luz de uma nova documentação, elaborar uma hipótese, traçando um caminho diverso do que estamos percorrendo.

O importante, para nós, é prosseguir. Mesmo tendo consciência da complexidade do tema. Lutando, acima de tudo, contra o descrédito de muitos.

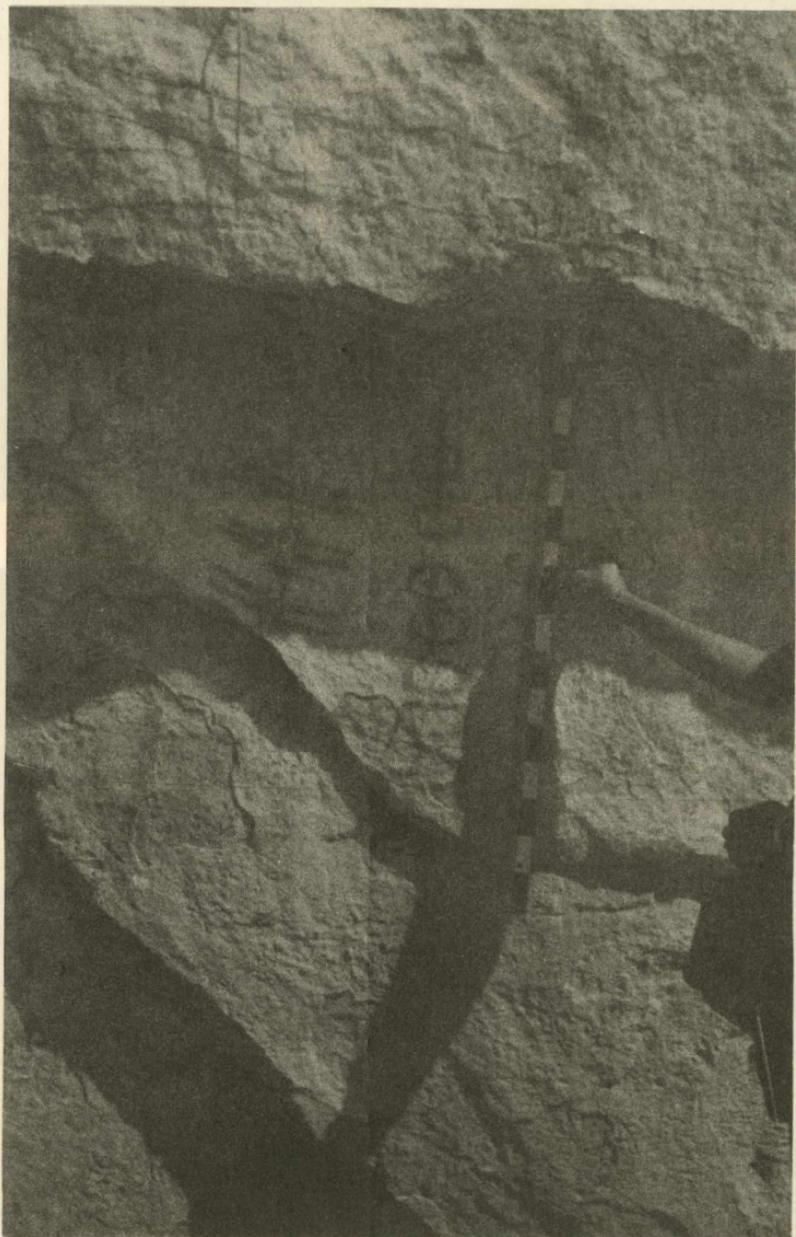
O amanhã é sempre o alvorecer de um novo dia.



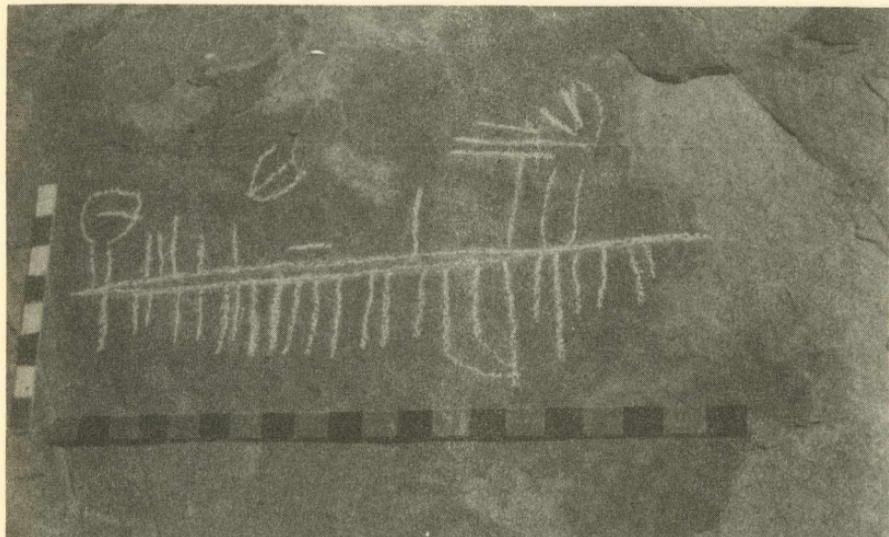
Fazenda Flores, visitada em 26-10-75



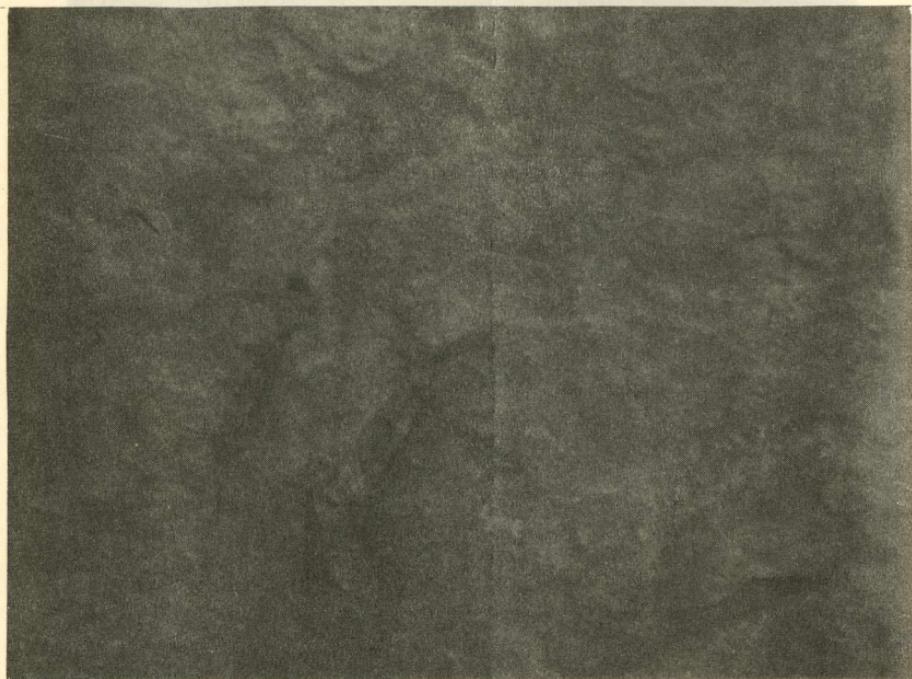
Fazenda Soledade, visitada em 27-10-1977



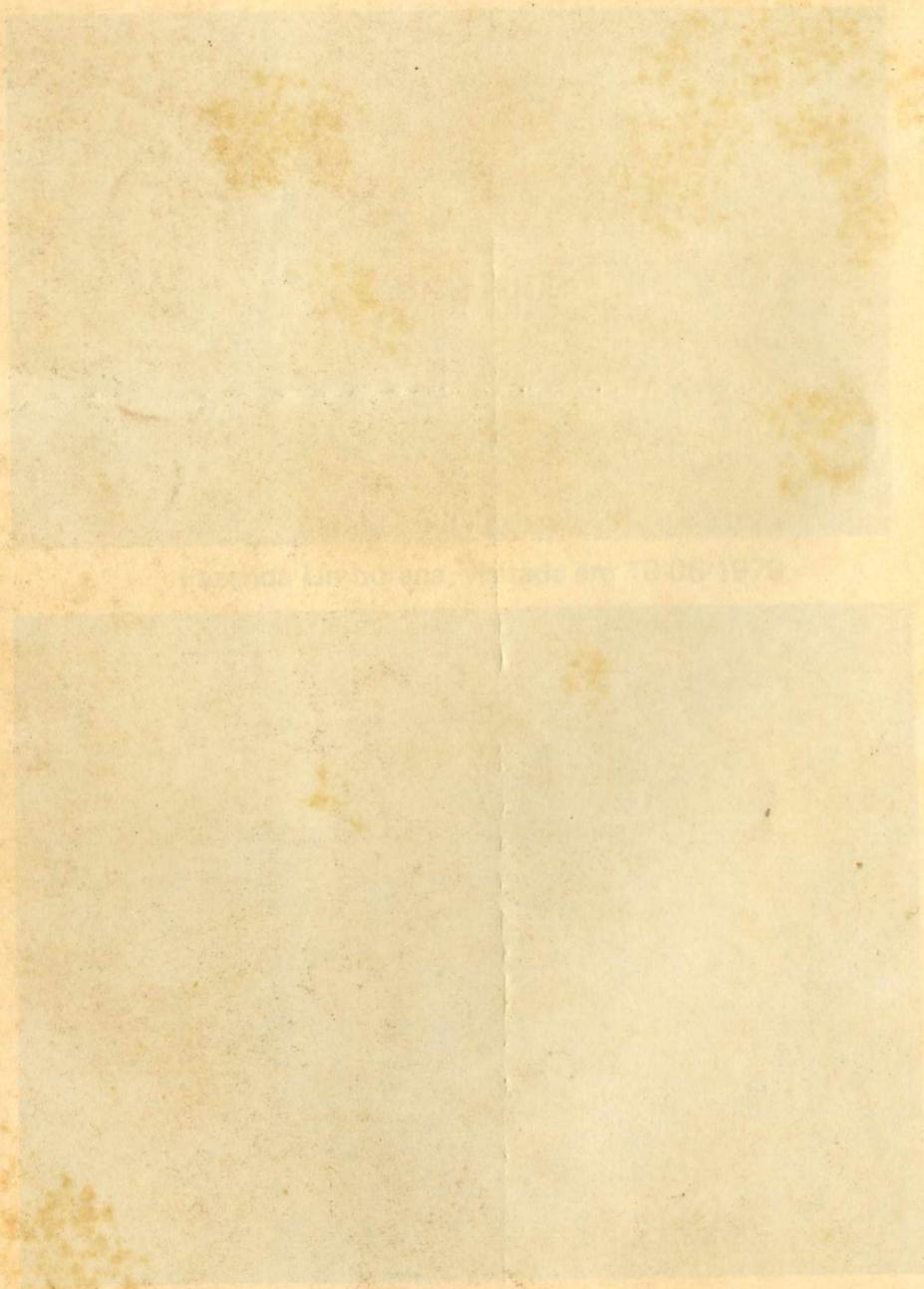
Sete Cidades, visitada em 21-10-1978



Fazenda Umburana, visitada em 10-06-1979



Fazenda Pinturas, visitada em 22-06-1980



1974/800 1974/800

1974/800 1974/800



Reg: 19

nº 3 / v. 2